

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Karla Raquel Erstling

**NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DE JOVENS NEGROS:
COMPREENSÕES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

Santa Maria, RS.
2016

Karla Raquel Erstling

**NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DE JOVENS NEGROS: COMPREENSÕES
SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação.**

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Erstling, Karla Raquel
NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DE JOVENS NEGROS:
COMPREENSÕES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO / Karla
Raquel Erstling.- 2016.
95 p. ; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz da Cunha
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2016

1. Diversidade étnica 2. Preconceito 3. Escolarização
4. Narrativas (auto)biográficas 5. Culturas I. Cunha,
Jorge Luiz da II. Título.

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Karla Raquel Erstling. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser realizado com autorização por escrito do autor.

E-mail: karlaerstling@yahoo.com.br

Karla Raquel Erstling

**NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DE JOVENS NEGROS: COMPREENSÕES
SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Aprovado em 05 de Agosto de 2016:

Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Claudia Regina Costa Pacheco, Dr. (IFFAR)
(Avaliadora Externa)

José Iran Ribeiro, Dr. (UFSM)
(Avaliador interno)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Primeiramente, dedico este trabalho a Deus, pela sabedoria para realizar mais esta etapa da vida.

Também, dedico a minha família que sempre me apoiaram nas escolhas que realizei e certamente continuarão me apoiando nas escolhas que virão. Em especial, dedico ao meu companheiro que acima de qualquer obstáculo sempre me incentivou a lutar pelos meus ideais.

AGRADECIMENTOS

- *Meus sinceros agradecimentos...*
- *Primeiramente a Deus, por me conduzir até esse momento com sua graça cotidiana.*
- *Ao meu professor orientador, Jorge Luiz da Cunha, por me incentivar sempre, pelo exemplo, pela dedicação e pelo apoio em todos os momentos.*
- *Ao meu companheiro William Vaz Belinazzo, pela compreensão e pela força dada a cada momento de dificuldade no decorrer deste trabalho.*
- *A meus pais que, mesmo estando distantes, sempre me apoiaram em todas as decisões.*
- *Ao meu irmão pelas horas de descontração e apoio.*
- *Aos professores participantes da banca, pela sua disponibilidade e pelas sugestões para a qualificação do trabalho.*
- *Aos participantes da pesquisa, pela essencial contribuição.*
- *E a todos os amigos que de uma ou outra forma me auxiliaram nesta caminhada.*

**“Para que a criança possa assimilar a cultura da escola,
é necessário que a escola consiga assimilar a cultura da criança”.**

(B. Bernestein)

RESUMO

NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DE JOVENS NEGROS: COMPREENSÕES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.

AUTOR: Karla Raquel Erstling

ORIENTADOR: Jorge Luiz da Cunha

Este trabalho faz uma abordagem do tema educação com a diversidade étnica inserida no espaço escolar, buscando compreensões acerca da realidade escolar vivenciada por pessoas afrodescendentes. O estudo objetiva compreender, através das narrativas de participantes voluntários negros, como foi seu processo de escolarização. A metodologia usada para esta investigação é de cunho qualitativo, através de uma abordagem autobiográfica com destaque para as narrativas como um de seus instrumentos de coleta das informações, bem como para a memória como elemento basilar de pesquisa desta natureza. As pesquisas autobiográficas configuram-se como uma forma de pesquisa onde, segundo Abrahão (2004), o sujeito se desvela, para si, e se revela para os outros, como uma história autor/referente carregada de significado. Os dados foram coletados através das narrativas de três participantes afrodescendentes, centradas no processo de escolarização ao longo da vida revelando formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto. A análise narrativa se constitui como um aspecto primordial e será ilustrada com recortes das narrativas recolhidas a partir de investigação realizada. Nesta etapa, podemos compreender exemplos narrados e constituídos como categorias de análise sobre a importância da família, práticas de preconceito e a importância do papel da escola na formação da identidade dos sujeitos negros. Este estudo não se finaliza na constituição deste trabalho, mas sim, abre mais portas para que seja publicado e chegar a outras pessoas para que possam, assim como eu, refletir sobre este tema que é fundamental na nossa sociedade contemporânea.

Palavras-chaves: Diversidade étnica. Preconceito. Escolarização. Narrativas (auto) biográficas. Culturas.

ABSTRACT

NARRATIVES AUTOBIOGRAPHICS OF YOUNG BLACK PEOPLE: UNDERSTANDINGS ABOUT THE SCHOOLING PROCESS.

AUTHOR: Karla Raquel Erstling

ADVISOR: Jorge Luiz da Cunha

Considering the ethnic difference in Brazil as a historic process, as many divergent ideas, it considers the school as primordial place for this discussions, however is difficult to find narratives about preconception situations. Starting this aspect, the aim paper is to understand how the process schooling black people was. The method used for investigation is qualitative nature, wanting to show the complexity interpersonal and social relations through of an approach autobiographic. The survey, where the subject is revealed to you and reveals to others is termed as autobiographic. The data was collected through narratives of three afrodescendant participants, considering your schooling process studied in public school. The participants selection were aleatory, where all were women. The analysis of narratives was fulfilled through transcription, highlighting the topics more important in the people interview. That were gather in analysis categories, such as: the family important, preconception practices and the school importance in the student black life. The primordial results paper is the importance of reflection about the values and preconceptions of yourself, reflecting about the specificity of relations between white and blacks and about the difficult of approximation between teacher and black students. Lastly, points up the importance of school institution as marking of values. This have a social and moral value to through of your practices provide a formation, which priority the respect the difference, a society humanization and egalitarian.

Key-Words: Ethnic diversity, Preconception, Schooling, Narratives autobiographic, Culture.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações contra a discriminação e preconceitos afrodescendentes.....	39
------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
SESu	Secretaria de Educação Superior
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNIAFRI	Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	12
2.	A ARTE DE CONTAR: LEMBRANÇAS QUE CONSTROEM MINHA TRAJETÓRIA	22
2.1	MINHAS NARRATIVAS: O ENTRELAÇAMENTO DA VIDA COM A PESQUISA.....	24
3.	REFLEXÕES SOBRE AS BASES LEGAIS: A HISTÓRIA E A CULTURA AFRICANA	30
3.1	REPRESENTAÇÕES DA VIDA ESCOLAR: COMPROMETIMENTO COM A IGUALDADE ÉTNICA	45
3.2	COMPREENSÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO NO MEIO ESCOLAR	51
4.	DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA	57
4.1	PESQUISA QUALITATIVA E HISTÓRIAS DE VIDA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	59
4.2	O MÉTODO AUTO (BIOGRÁFICO): ENTREVISTAS NARRATIVAS	67
5.	ANÁLISE DAS NARRATIVAS	71
6.	INCONCLUSÕES	81
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
7.	APÊNDICE A – NARRATIVAS TRANSCRITAS	93
7.1	PARTICIPANTE A.....	93
7.2	PARTICIPANTE B	94
7.3	PARTICIPANTE C	95

1. APRESENTAÇÃO

Início minhas inquietudes buscando refletir sobre as inferências redigidas por Röwer, em seu trabalho de dissertação de Mestrado em Educação e, assim como ela, as minhas primeiras palavras se remetem as memórias e lembranças que se sobressaem desde minha infância, perpassando pelos caminhos escolares, pela inserção na sociedade, pelos aspectos culturais e, acima de tudo, pelas experiências que se tornaram significativas de uma ou outra forma em minha vida.

Assim, conforme Röwer,

Preciso dizer a que vim. Preciso contar os passos que dei e os que quero dar. Preciso inferir em mim mesma e me narrar, me deixar clara sem perder minha alma. Preciso falar disso tudo sem sair disso tudo, por que isso tudo também sou eu. Mas, preciso mostrar os nós e as fendas, as suturas e os buracos que se abrem às vezes, sem parar. Os trançados e os espaços que não quero preencher. Preciso dizer quais cores foram escolhidas e em quais ritmos dancei. Antes de tudo, preciso confessar que a partida não é início, que ainda não acabei e que tudo que digo em meu nome é expressão de tudo o que aprendi de alguém. (2006, p. 10)

O que sinto neste momento inicial da escrita, é exatamente o que nos apresenta a citação acima, considerando fundamental rememorar os passos que percorri durante minha caminhada até aqui, e conseqüentemente, os caminhos que ainda quero e busco trilhar. Nesta trajetória, nem tudo que me deparei foram “rosas vermelhas”, mas sim, algumas vezes, encontrei (e ainda encontro) percalços dolorosos os quais me fazem parar/questionar e repensar meus conceitos sobre tudo que já vivi, reconstruindo minhas próprias conclusões e imagens a partir das memórias e lembranças mais significativas que se sobressaltam as minhas experiências.

Em relação aos caminhos escolares, posso afirmar que, pelos mais diversos bancos escolares que passei, encontrei vários obstáculos, mas também, muitas conquistas e vitórias, das quais me lembro, extraindo lições e resignificando-as de acordo com as vivências e relações sociais construídas ao longo da minha caminhada. Pelas experiências que tive até os dias de hoje, posso afirmar que cada lugar é único, permeado por sensações e sentidos extremamente diferentes, resultando na construção e elaboração de diálogos, experiências e práticas diferenciadas e individuais a cada ser humano.

É neste sentido de construir diálogos e reflexões, que desde 2008 venho estudando e me envolvendo em projetos de pesquisa, relacionados ao tema da diversidade étnica nos ambientes escolares, ou seja, pensando, principalmente, em escolas públicas, historicamente

caracterizadas por destinar uma educação para todos, e tendo conhecimento sobre a história de dificuldades, lutas e desafios, encontrada pela população pertencente à etnia afrodescendente, me levam a pensar: Como se apresentam as possibilidades para a aplicação da Lei 10.639/03¹ nos ambientes escolares, tanto da rede pública quanto particular?

Este questionamento acompanha minha trajetória pessoal e profissional há muitos anos e se tornou um indicador que hoje sustenta a elaboração do meu problema de pesquisa, fazendo-me questionar: Como está sendo (ou foi) o processo de escolarização de pessoas pertencentes à etnia africana? Para tentar compreender este processo que me proponho a desenvolver a presente pesquisa, tomando como base os estudos tendo em vista as Histórias de Vida, e, acredito que a partir dela consegui alcançar e compreender o meu objetivo.

Assim como Barros (2000) observa que o método de história de vida funciona como uma possibilidade de acesso do indivíduo (e à realidade que lhe transforma e é por ele transformada) “pelo interior”, também, acreditamos ser na busca da apreensão do vivido social, das práticas do sujeito, ou, por sua própria maneira de negociar a realidade onde está inserido.

Ao delimitar o problema de pesquisa, considere como objetivo geral: Compreender na História de Vida, relatada por pessoas pertencentes à etnia afrodescendente, através de Narrativas (auto) biográficas, suas experiências escolares e o papel da escola em suas constituições.

Nessa perspectiva, constituíram-se como objetivos específicos categorizar temas e questões das narrativas (auto) biográficas dos sujeitos pesquisados, tendo como foco os seus processos de escolarização; analisar mediante as narrativas autobiográficas, como os sujeitos pesquisados experienciaram a diversidade étnica nas escolas que estudaram; identificar através das narrativas, a presença de trabalhos elaborados a partir da Lei 10.639/03 e delinear possíveis caminhos e propostas alternativas para superar as desigualdades que ainda fazem parte do ambiente escolar;

A Lei 10.639/03 compreende a escola como um lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é se molda de acordo com a sociedade na qual está inserido. Esta Lei prevê a busca de um diálogo, no sentido de romper o monólogo até então instituído, que traz por referência o falar e o fazer escolar com base em um único valor civilizatório. Prevê

¹Em março de 2003, foi aprovada a Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

também, romper com o pensamento de subordinação étnica no campo das ideias e, também, das práticas educacionais, e propõe (re) conceituar, através das escolas, o negro, seus valores e as relações étnicas existentes na educação e na sociedade brasileira.

Sabendo que cada pessoa, no decorrer da sua vida, vai se identificando e demonstrando interesses pelos mais diversos temas existentes na sociedade. Assim, meu interesse pelos estudos sobre a diversidade étnica, mais especificamente pelas discussões referentes à etnia afrodescendente, surgiu desde pequena e foi se aguçando na medida em que fui me inserindo no ensino superior em meio a leituras e conhecimentos.

Sempre tive interesse em conhecer e defender, juntamente com toda sociedade brasileira, iniciativas de reparação, em relação aos descendentes de africanos pelas perdas emocionais, materiais, sociais, políticas e educacionais sofridas sob o regime da escravidão e, posteriormente, pelo processo de exclusão e discriminação a que foram e são submetidos ainda nos dias hoje.

Meu primeiro contato com os estudos relacionados à diversidade étnica e com temas como: Discriminação, Lei 10.639/03, Preconceito, Ações Afirmativas, Gestão Escolar, Cotas, entre outros temas correlacionados, que se iniciaram no ano de 2008, com o ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, onde ingressei em projetos vinculados a um grupo de pesquisa.

Já, a aproximação e conhecimento da metodologia da História Oral como procedimento de investigação e de formação, deram-se pelo ingresso no grupo de pesquisa “Núcleo de pesquisa sobre Memória e Educação- Povo de Clio”², orientado pelo Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha, no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

As pesquisas desenvolvidas neste grupo envolvem alunos de Graduação - Iniciação Científica, Especialização - Aperfeiçoamento e de Pós-graduação - Mestrado e Doutorado. Com inúmeras monografias, dissertações e teses concluídas, o grupo enfatiza e trabalha fazendo uso da História Oral como metodologia de seus estudos.

²O Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação – CLIO, desde a sua criação em 1996, desenvolvendo trabalhos que enfatizam a temática memória/s e narrativa/s e seus usos para a História da Educação. O grupo enfatiza o uso da História Oral como metodologia. Utilizando-se das três categorias estabelecidas por Bom Meihy (1996): História Oral Temática, História de Vida e Tradição Oral. Desenvolvendo investigações sobre temas geradores de conhecimento e de paradigmas sócio-políticos e culturais emergentes da educação e suas inter-relações com as práticas educativas institucionalizadas e com as funções sociais da escola, o grupo chamado de Povo de Clio, por influência da Musa Clio – Musa da História, Proclamadora dos tempos passados – vem concebendo a memória como uma construção do presente, a partir de experiências e vivências do passado. Memória esta, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, pela qual busca salvar o passado do esquecimento e edificar o presente e o futuro. Site: <http://coral.ufsm.br/clio/>.

É importante esclarecer aqui que, a pesquisa que compõem esta dissertação se define em uma continuidade de estudos, desde minha Graduação (Pedagogia- Licenciatura Plena), a Pós Graduação (Gestão Educacional) e agora no curso de Mestrado em Educação (todos cursados na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM), caracterizando-se como um aprofundamento do tema sobre as relações étnicas no dia a dia da educação, especialmente nas escolas de ensino básico, que é o chão no qual sempre estou percorrendo.

Em todos os estudos já elaborados anteriormente, tenho como plano de fundo a diversidade étnica existente na sociedade brasileira, especialmente nos ambientes escolares, e como objetivos, a compreensão de professores e gestores sobre a importância da Lei 10.639/03 nas escolas, tanto particulares quanto públicas. Ou seja, busquei compreender de que forma as escolas e seus profissionais estão abordando e discutindo questões relacionadas à diversidade étnica, bem como, as práticas escolares, tendo em vista a Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do estudo sobre a diversidade étnica nas disciplinas curriculares.

Como participante do grupo de pesquisa, fiz parte do projeto: A parte e o Todo: Reforma Universitária e Políticas Públicas de Educação Superior entre o Universalismo e a Diversidade dos Direitos Humanos e Fundamentais, que possui como foco de estudo analisar a Reforma Universitária como expressão das Políticas Públicas de Educação Superior, verificando a adequação de suas proposições frente à formação de quadros profissionais nas Instituições de Ensino Superior Pública Federal, através de seus currículos de formação de graduação, as práticas de ensino e as propostas inovadoras de formação para a cidadania.

Minhas primeiras leituras, reflexões e escritas, referentes ao tema em questão, foram desenvolvidas desde que ingressei no curso de graduação e no grupo de pesquisa Povo de Clio, onde desenvolvi juntamente com outra colega de trabalho, uma pesquisa relacionada com o tema das Ações Afirmativas, mais especificamente o Sistema de Cotas instituído na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM.

Entrevistamos alunas cotistas que ingressaram no curso de Pedagogia Licenciatura Plena no ano de 2008, buscando compreender o posicionamento destes sujeitos em relação à implementação do sistema de cotas na UFSM. Foi um trabalho qual revelou muitas informações relevantes para meu conhecimento acadêmico, pois além de me aproximar a estes jovens, elas trouxeram relatos significativos, referente à sua posição frente ao sistema de cotas.

Minha aproximação e interesse em torno deste estudo se da, em parte, ao crescer em meio de uma família de origem alemã, que muitas vezes se remetia a pessoas de outra etnia de forma, excludente, mas ao mesmo tempo não aceitavam ser questionado o porquê de tal

atitude. A partir destas vivências, surgiu uma imensa curiosidade de me inserir em meio a este tema de estudo, qual pôde concretizar com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, na graduação (2011), onde realizei um trabalho em torno da revelação de preconceitos nos Anos Iniciais do Ensino Básico, por meio das próprias professoras e, sucessivamente, dei continuidade na monografia de Pós-Graduação (2014) onde busquei compreensões sobre a efetivação da Lei 10.639/03 nas escolas (públicas e particulares) por meios dos gestores das Instituições.

Levando em consideração que o ato de pesquisar sempre nasce de uma intenção, da necessidade de buscar respostas, de saber mais, de desvendar um problema, de responder algumas questões, de compreender, posso me perguntar: De onde surgiu a ideia de cogitar essa temática e tomá-la como foco desta pesquisa deste trabalho?

De modo geral, posso afirmar que esta investigação é resultado da inquietude com a desigualdade étnica que as pessoas afrodescendentes se deparam, ainda, nos dias atuais em diversas instâncias da sociedade e o que mais me deixa inquieta é de que sendo da área da educação, ainda consigo identificar estes preconceitos se revelarem, também, nas escolas, o que me deixa muito preocupada pela formação da identidade das novas gerações.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e da cultura afrobrasileira e africana não se restringe somente à população negra, mas também diz respeito às outras etnias, uma vez que, devemos educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade pluriétnica, capaz de construir uma comunidade integrada e democrática.

Mas nesta presente pesquisa, limitam-se as discussões em torno da etnia afrodescendentes, pois as inquietudes surgem com interesse de discutir e compreender as dificuldades que estas pessoas tiveram (ou ainda tem) de enfrentar dentro das escolas públicas, durante o processo de escolarização. Não busco afirmar, de antemão, que existem apenas dificuldades, mas sim, tomar como ponto de discussão se houve ou não algum tipo de dificuldade encontrada durante a escolarização, ressaltando também pontos positivos.

A realidade cotidiana é percebida por cada um de nós de um modo muito particular, damos sentido às situações por meio do nosso universo de crenças, elaborado a partir das nossas vivências, dos valores e papéis culturais inerentes ao grupo social a que pertencemos. Nossas representações nos permitem decodificar e interpretar as situações que vivemos, tanto nos aspectos positivos, quanto negativos.

Neste estudo busco aprofundar ainda mais meus conhecimentos e anseios, dando uma continuação nos estudos, direcionando o tema as pessoas pertencentes à etnia africana buscando suas narrativas sobre seu processo de escolarização, pois são estes sujeitos que, por

muitos anos se depararam com os preconceitos, relacionados predominantemente a cor da sua pele, e eu hoje, proponho-me a integrar a minha pesquisa estes sujeitos, com o objetivo de compreender como se deu o percurso escolar destes descendentes africanos.

Busco narrativas em torno da história pessoal de cada sujeito, sobre seu processo escolar, refletindo de que forma as escolas estão acolhendo estes alunos, o que eles visam de positivo e negativo em relação à escola, bem como as relações sociais que estão (ou foram) sendo construídas dentro deste ambiente educacional.

Esta dissertação, também, escorre por reflexões sobre o papel da escola na promoção de valores de solidariedade, cooperação e respeito pelas diferenças, procurando contribuir para a construção de uma justiça social baseada na igualdade. Realizei uma breve discussão sobre a promoção da educação multicultural na escola, ou seja, neste aspecto, defendo que o professor precisa reconhecer e valorizar todas as culturas ali presentes, dinamizando as atividades no âmbito da educação para a cidadania.

Ainda assim, entende-se que a educação, os currículos escolares e a formação dos professores não podem mais omitir a questão multicultural presente no contexto escolar, pois tem-se a necessidade de compreender a sociedade como constituída de identidades plurais, com base na diversidade de gênero, etnias, classe social, padrões culturais e linguísticos e outros marcadores referentes à identidade inseridos em um contexto sócio histórico (CANEN; OLIVEIRA, 2002).

Esta pesquisa se caracteriza pela metodologia qualitativa, que é a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, que embora perpassada por relações de poder, constitui momento de construção, diálogo de um universo de experiências humanas.

Emolduradas na metodologia qualitativa, podemos encontrar as abordagens biográficas, que se caracterizam por um compromisso com a história como processo de rememorar, com o qual a vida vai sendo revisitada pelo sujeito. Neste contexto, a memória é algo presente na existência do homem, o que implica numa valiosa importância de seu resgate cuidadoso e ético.

De acordo com Campos “dentro do quadro referencial da metodologia qualitativa biográfica destacam-se: a História Oral, Biografia, Autobiografia e História de Vida” (2004, p.43). Cada um desses métodos implica em procedimentos próprios. Minha escolha para este trabalho gira em torno das Histórias de Vida, que tem como característica, a preocupação com o vínculo entre pesquisador e pesquisado, uma produção de sentido tanto para o pesquisador quanto para o sujeito, história contada da maneira própria do sujeito e uma ponte entre o individual e o social.

O objetivo do método da História de Vida é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. São através das narrativas dos participantes que tentamos compreender o universo do qual ele faz parte. Isto nos mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais. (BARROS E SILVA, 2002).

Após a definição da metodologia a ser utilizada, iniciei a busca por conceitos, autores, leituras sobre as diversidades étnicas existentes na escola, principalmente, relacionado à etnia afrodescendente, a multiculturalidade nos espaços escolares, entre outros temas pertinentes ao estudo.

O tema da diversidade étnica se torna muito relevante, pois tanto na sociedade, e mais precisamente em nossas escolas, interagimos a todo o momento com esta temática, tanto cultural, quanto social dos alunos de diversas formas, e justamente em relação a esta relevância, que se torna necessário fomentar práticas de ensino voltadas para o desenvolvimento de valores de solidariedade, promovendo a aceitação (do eu e do outro) e o reconhecimento desta diversidade e, assim, procurar combater o preconceito, a intolerância e a exclusão social que, tristemente, ainda é visível em nosso meio.

Percebe-se que a construção das relações, tanto dentro como fora de sala de aula são variadas e nos grupos de alunos, temos aqueles tidos como os mais populares, ou mais respeitados, ou excluídos, ou valorizados, enfim os tratamentos mudam de acordo com o espaço, com as pessoas e suas vivências (histórias), porque as pessoas refletem na escola as experiências sociais que acontecem fora dela.

A diversidade deve ser encarada como uma fonte de desenvolvimento e enriquecimento mútuo, incrementando o respeito pelos outros, visando à compreensão da diversidade como um sinônimo de crescimento entre as etnias, principalmente quando se trata deste tema no ambiente escolar, pois acreditamos ser este um dos lugares provedores na construção da identidade da pessoa.

Segundo a publicação de Samped (2011) o Brasil é um país com grande diversidade étnica, sua população é composta essencialmente por três principais grupos étnicos: o indígena, o branco e o negro. Desta forma sintetizada, podemos dizer que os indígenas constituem a população nativa do país, os portugueses foram os povos colonizadores da nação e os negros africanos foram trazidos para o trabalho escravo.

Esse contexto proporcionou a miscigenação dos habitantes do Brasil, caracterizados como mulato (branco + negro); caboclo ou mameluco (branco + índio); cafuzo (índio + negro). Com o prosseguimento da miscigenação, originaram-se as mais diversas etnias que hoje compõem a nossa população. (SAMPED, 2011).

Nos estados brasileiros não há homogeneidade étnica, e sim, a predominância de vários grupos. A distribuição dos principais grupos étnicos pelo território nacional é uma consequência do povoamento das regiões do país. A região Sul teve os europeus como principais povos ocupantes do território; na Amazônia, predominam os descendentes indígenas; os afrodescendentes são maioria no Nordeste brasileiro. No entanto, existe grande diversidade mesmo entre essas regiões, pois além de ter ocorrido à miscigenação nesses locais, há um grande fluxo migratório entre essas partes do Brasil. (SAMPED, 2011).

Remetendo-nos, novamente, ao ambiente escolar, podemos destacar que a composição étnica dos brasileiros se caracteriza como um conteúdo muito importante, passível de uma atenção especial por parte do educador em sala de aula, através do diálogo e das práticas desenvolvidas. Mostrando, incentivando e realizando ações com os alunos demonstrando aspectos culturais presentes em nossas vidas, originários dos indígenas, portugueses, africanos, além dos outros imigrantes europeus, árabes e asiáticos.

Concordamos com Munanga (2001) quando defende que a educação possui uma imensa capacidade de potencializar questionamentos para desconstruir alguns mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos, bem como, mitos que foram introjetados pela cultura dominante. Desta forma, compete à escola buscar o resgate da memória coletiva relacionada à história da comunidade negra, uma vez que esta história identifica a todos, pois esta cultura nos sustenta quotidianamente e é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da identidade.

Ainda hoje, vivemos numa época caracterizada pela globalização onde as sociedades se caracterizam como multiculturais. E com a mobilização de diferentes grupos étnico-culturais há relações que se estabelecem de enriquecimento mútuo, mas que também podem originar sentimentos de intolerância, discriminação, preconceito, mesmo que muito já se tem discutido sobre este tema, ainda vimos que se faz presente em vários âmbitos da sociedade.

Busquei algumas ferramentas teóricas para desenvolver e conceituar a temática da diversidade étnica, utilizando autores e estudiosos como: Candau (2002, 2005, 2006, 2008), Cavalleiro (2005, 2006), Gomes (2003, 2005) e Munanga (1986, 2001, 2003). Por se tratar de uma pesquisa em educação também dialoguei com Bourdieu (1975, 1989, 1998, 2004), Brandão (2002), Chauí (1980, 2001), Gadotti (1998).

A opção por estes autores deu-se em função da nossa (pesquisador/orientador) postura como educadores e pesquisadores na área da educação, que, assim como Gadotti, compreende que:

[...] os trabalhadores da educação possam construir uma pedagogia capaz não apenas de transmitir um legado histórico de maneira crítica, mas igualmente de plantar as sementes de uma nova cultura que supere as contradições atuais, as falsas dicotomias, a opressão e o desamor presentes nas estruturas burocráticas do nosso edifício educacional (1998, p. 8).

Ao reconhecermos que é hora de mudar, precisamos nos envolver em ações conjuntas de compromissos e planejamentos coletivos, de modo consciente, para que as transformações poderão começar a acontecer de forma gradativa, mas também, precisamos dar voz aos sujeitos para ouvi-los e compreendê-los. Desta forma foi se constituindo este pensamento que embasou todo nosso estudo, a busca por estudos que nos fazem ouvir, pensar e refletir sobre nossas atitudes, acima de tudo, como seres humanos.

A escolha do título foi definida no sentido de buscar a atenção, incentivando os leitores a manusear este material para estudos e leituras, levando-os a conhecer narrativas de pessoas negras sobre seus caminhos escolares, inserindo os leitores as compreensões referentes ao processo escolar destes sujeitos.

Já em processo de leituras, encontros, discussões e estudos, aos poucos foi sendo construída uma base de conhecimentos em torno de temas que contemplam a diversidade étnica, as ações afirmativas, o processo da construção da identidade, a escolarização, e a partir disso, estruturamos este trabalho da seguinte forma:

No ponto um (1) do trabalho, faço a apresentação, situando o leitor em relação ao tema que será discutido no decorrer da pesquisa. Também são elencados dois parágrafos específicos para expor os objetivos (geral e específico) de forma compreensível. A justificativa que também é discutida neste início busca esclarecer o interesse pessoal com o tema da diversidade, bem como a importância deste debate em relação às situações que podemos encontrar em nosso dia a dia permeado pelo preconceito a grupos étnicos afrodescendentes.

No ponto dois (2), intitulado: “A arte de contar: Lembranças que constroem minha trajetória” descrevo, um pouco da minha história de vida, enfatizando lembranças marcantes sobre minha infância e sobre o início da escolarização que se encaminha até os dias de hoje, perpassando por todas as etapas da escolarização e grupos de pesquisa dos quais participei.

No ponto três (3), denominado: “Reflexões sobre as Bases Legais, a História e a Cultura Africana”, abordo uma breve discussão em relação às Bases Legais que foram e estão instituídas, como foi o processo inicial da discriminação no Brasil, e como isso foi se progredindo ao longo dos anos até chegar aos dias de hoje. Também busquei realizar uma

reflexão sobre alguns pontos relevantes da lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da diversidade étnica nos currículos escolares, bem como, está realmente acontecendo esta prática nas escolas, principalmente do ensino básico público.

No ponto quatro (4): “Delineando os caminhos da pesquisa” dou um encaminhamento para a pesquisa no sentido da apresentação dos participantes, da metodologia utilizada e dos caminhos que a pesquisa desencadeou durante seu processo de desenvolvimento e da coleta dos dados a partir das narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa.

No ponto cinco (5): “Análise das narrativas”, realizo a escrita e as reflexões sobre os dados das narrativas, buscando dialogar com conceitos e conhecimentos anteriormente já discutidos, bem como enfatizar trechos das entrevistas, as quais revelam questões referentes ao objetivo desta pesquisa. A análise dos dados será feita de forma descritiva, com recortes de trechos da narrativa considerados relevantes para nossa discussão.

No ponto seis (6), chamado de: “Inconclusões”, represento minhas compreensões, buscando tentativas de respostas para a situação da diversidade étnica em nossa sociedade.

Com a apresentação de todos os pontos citados acima, procuro desenvolver uma discussão sobre o desafio que a educação brasileira, ainda, enfrenta para se ter uma igualdade étnica nas unidades escolares. A educação é um direito de todos, sendo o principal meio para o acesso à cidadania, dando possibilidades para o indivíduo galgar uma melhor qualidade de vida, através de sua participação social no meio em que vive.

Pode-se compreender que relações étnico-raciais são aquelas criadas por sujeitos de diferentes grupos, partindo de ideias, conceitos e informações sobre as diferenças raciais, percebendo suas semelhanças, criando, desta forma, um sentimento de pertencimento racial (BARBOSA, 2002).

Encerro as reflexões descrevendo as conclusões que foram possíveis observar, a partir deste estudo. Também, retomo e amplio as considerações realizadas ao final de cada capítulo discutindo o processo de escolarização dos sujeitos negros pesquisados, em meio a conquistas e dificuldades. Destaco todos os objetivos que foram, inicialmente, elencados como forma de problematização da pesquisa, fazendo discussões se foi, ou não, alcançados os objetivos no final da pesquisa.

2. A ARTE DE CONTAR: LEMBRANÇAS QUE CONSTROEM MINHA TRAJETÓRIA...

Aqui está minha vida — esta areia tão clara, com desenhos de andar dedicados ao vento. Aqui está minha voz — esta concha vazia, sombra de som curtindo o seu próprio lamento. Aqui está minha dor — este coral quebrado, sobrevivendo ao seu patético momento. Aqui está minha herança — este mar solitário, que de um lado era amor e, do outro, esquecimento. (MEIRELES, 2001, p. 606)

Iniciando minhas reflexões, busco parafrasear Meireles (2001), e assim como ela aqui esta minha vida, e ao tecer a minha história percebo tudo que fiz e o que deixei de fazer, bem como os caminhos que percorri e os que ainda, tenho a percorrer. Trago em minha memória os sonhos guardados e que agora fazem parte do imaginário de uma menina-mulher. A vida, a voz, a dor, e a herança, todas se tornam lembranças, inúmeras lembranças.

Ainda levada por Meireles, (2001) aqui esta minha história que é carregada de lembranças, que foram desenhadas nas areias da memória, que por vezes, se apresentam esburacadas pelo esquecimento e, por outros instantes, tão límpidas como a água que escorre por entre as pedras de um riacho.

Compreendo que, dar significado a minha própria história de vida é reencontrar e me resignificar. E durante este processo da narrativa vou me constituindo e reconstituindo através da minha memória, permeada por significados, tentando compreender situações e reconciliando-me comigo mesma, perante o que vivi até aqui.

Muitas lembranças evocadas do passado são vividas com uma nova intensidade perante as situações presentes, sendo que, uso desta reflexão para compreender a minha história de vida e os caminhos que escolhi percorrer, principalmente, no diz respeito a minha trajetória escolar e acadêmica, até os dias as hoje.

Narrar minha história de vida em relação à escolarização e ao âmbito familiar, faz-me reviver e resgatar lembranças que contemplam as mais variadas sensações. As mais antigas são afloradas por histórias contadas pelos meus pais, outras me veem a lembrança vagamente, e as mais diversas estão guardadas em minha memória de forma muito “real” e cheias de significados.

Este tipo de “autodescrição” requer um complexo exercício de interpretação e reinterpretção de si e dos acontecimentos. Apesar de se constituir um conjunto de lembranças motivadas, é também, uma ordenação do passado, uma auto localização e uma forma de “se libertar de modos anteriormente estabelecidos de responder e organizar respostas futuras” (BRUNER&WEISER, 1995, p. 149).

Posso afirmar que, em alguns momentos da minha vida, dou-me a liberdade e a ousadia de sair de mim, e voltar meu olhar em busca de reflexões e compreensões desde minha infância, onde percorri caminhos de dor, perdas irreparáveis, de sofrimento, angustias, mas também momentos de extremas alegrias, realizações, conquistas e vitórias.

Enfim, retomando meus pensamentos, deparo-me com marcas das mais variadas que perpassam minha trajetória. Todos os momentos são únicos e de todos levo muitas aprendizagens, alegres ou dolorosas, mas todos são frutos de escolhas que fiz, então assim, se tornam parte da minha história de vida.

Neste capítulo da pesquisa, narrar minha história pessoal teve um sentido muito especial para mim, pois minha trajetória de vida está de certa forma, entrelaçada com o tema, qual toma como discussão neste trabalho, pois é um convite a reflexão sobre meus próprios percursos de escolarização, desde a educação básica até os dias atuais como acadêmica do curso de Mestrado em Educação.

Ao optar pela temática deste estudo, inconscientemente eu estava também buscando reviver e (re) construir minha caminhada, sintetizando aprendizagens, angústias, questionamentos, dificuldades, conquistas, que se suscitam em minha memória. Compreendemos, assim como Nóvoa (1992), que é impossível separar o eu pessoal do eu profissional, acrescento a isso a indissociabilidade do eu pesquisadora que se propõe a conhecer e compreender o processo de escolarização dos estudantes afrodescendentes.

É quase impossível compreender o processo de escolarização de outros sujeitos sem antes empenhar-me em entender minha própria história. E por esta razão considero pertinente apresentar, pelo viés da escrita, minha caminhada, a fim de refletir sobre como me tornei a pessoa que sou hoje.

É muito interessante como escrevendo a própria história, paramos para analisar fatos, pessoas que vamos conhecendo ao longo da vida e como essas pessoas vão, muitas vezes sem querer, nos mostrando aspectos de nós mesmos ou nos fazendo parar para pensar em nossas escolhas.

Concebendo a narração como prática constitutiva da humanidade que permite a partilha de experiências, a troca de conhecimento e com isso, sinto-me impulsionada, neste instante, a continuar rabiscando fragmentos da minha vida que serviram de alicerce para a construção de minha identidade.

2.1 MINHAS NARRATIVAS: O ENTRELAÇAMENTO DA VIDA COM A PESQUISA

Em meio a tantas lembranças e pensamentos que me suscitam a memória neste momento da escrita, uma em especial me toca profundamente o coração, a constante presença da família em todas as horas, principalmente, nas escolhas e decisões da vida social. Esta família é formada por uma mulher muito simples, minha mãe, sem estudos, mas de coração enorme carregado de muito amor, cuidado e preocupação, onde levo como inspiração em todos os momentos. Ao lado desta mulher, meu pai, um homem de muita coragem, persistência, que sempre lutou para que sua família não passasse necessidades.

Por um período de 10 anos fui à única filha. Tivemos momentos indescritíveis, onde brincávamos pelos campos, nos juntávamos em família para almoços, íamos à igreja aos domingos de manhã, fazíamos os “ranchos” do mês, íamos passear nos vizinhos, brincávamos na chuva... Enfim, lembranças que me emocionam até os dias de hoje, pois apesar de uma vida muito simples, foi muito significativa.

Em fevereiro de 2000 nasceu meu irmão, que sempre aceitei, amei e acompanhei desde pequeno, buscando sempre incentivá-lo em seu desenvolvimento. Sempre fui muito amorosa e dedicada em ajudar minha mãe a cuidar do “mano”, brincamos e nos divertíamos muito e um momento que se sobressalta em minha memória, é os dias de chuva, onde todos estavam em casa (Pai, mãe, Irmão, Avô e Avó) e era fantástico, pois brincávamos e nos curtíamos muito. Tudo isso me causa muita saudades daquele tempo.

Antes de narrar um pouco da minha escolarização, irei descrever de forma muito breve de onde partiu toda minha caminhada. Nasci e me criei no interior de uma cidadezinha chamada Alecrim, que fica situada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul com aproximadamente 7.650 habitantes, sendo que, grande parte da população mora na zona rural e sobrevivem da agricultura. Minha família mora em uma comunidade (conhecida por linha) chamada “Linha Patos”, neste lugar residem basicamente famílias de origem Alemã e todas sobrevivem da agricultura.

No seio de uma família muito humilde sempre tive o que necessitava para viver de forma tranquila, nunca tive brinquedos, roupas e comidas para “esbanjar”, porém, também nunca precisei passar fome e necessidades. Desde pequena meus pais sempre me explicavam de onde vinha nosso dinheiro e por que, muitas vezes, eu não ganhava o que eu queria por ser um custo muito elevado e meus pais não teriam condições.

Desde pequena vendo meus pais e avós trabalhando no campo não conseguia ver-me tendo outra profissão a não ser, com base naquela agricultura, mas ao mesmo tempo achava

tudo muito pesado e cansativo, pondo-me a questionar o que eu seria quando crescer. Possuo lembranças de quando pequena, de primos, familiares e muitos amigos, com quais tinha um contato diário, com os quais eu brincava de “ser” professora, ensinava até as bonecas. Sendo que um dos presentes que nunca sairá da minha memória foi, um quadro negro e giz, que ganhei da minha Avó e era algo que eu sonhava muito em ganhar.

Em 1997, com sete anos comecei a frequentar a primeira série em uma escola rural perto da minha casa. Ia e voltava a pé com amigos e vizinhos da redondeza. Achávamos tudo muito legal e divertido. A escola era de turmas multisseriadas e havia apenas um professor para atender a todas as “séries” em uma única sala. O professor era um pastor que veio de outra cidade para atender aquela comunidade e juntamente lecionar na escola que pertencia àquela comunidade.

A estrutura física da escola se resumia em uma sala de aula grande, uma biblioteca, banheiros, e um pátio com poucos brinquedos. Em frente à escola, havia uma enorme calçada que usávamos para brincar também.

Nos primeiros dias de aula me senti meio perdida por que o professor apenas falava a língua Portuguesa, mas em casa entre a família falávamos basicamente o dialeto Alemão. Logo, me senti confusa e envergonhada por não entender quase nada que o professor estava falando, resultando que eu não queria mais ir para a escola, mas meus pais sempre me incentivaram e me ajudaram na aprendizagem desta nova língua ainda em casa.

Os anos foram passando e eu continuava estudando naquela escola rural de classe multisseriada até completar a 3ª série (1999). Minhas notas nunca foram às melhores, mas sempre consegui passar de ano sem recuperação, através do incentivo da família e também do meu esforço em conseguir acompanhar o que estava sendo estudado na escola.

Chegava então, o ano em que iria passar para a 4ª série e, para isso, precisava estudar na cidade, precisava mudar de escola, que ficava a 6 km de estrada de chão onde moravam meus pais. No primeiro dia de aula tudo era novidade, aquele “monte” de professores se apresentando na nossa frente e eu sem entender quase nada de como seria no próximo dia. Naquele momento da minha vida e pela primeira vez, me deparei com colegas negros, o que para mim era uma novidade, pois até aquele momento nunca tive contato com pessoas negras, seja crianças ou adultos.

Chegando a minha casa, relatei as novidades da escola nova e dentre elas que, pela primeira vez, possuía novos colegas e alguns eram negros. De imediato surgiu uma exclamação do meu avô paterno: “Não se aproxime muito deles”. E logo me suscitou um questionamento: “Mas por quê?” Então houve um silêncio, e obtive à resposta pelos meus

pais: “É que aqui no lugar onde nós moramos está dividido por “linhas” (estradas) e nossa linha só tem moradores alemães, ou seja, cada etnia tem o seu lugar, e a “linha” dos negros é do outro lado da cidade e, por isso, não temos muito contato com eles”. Foram apenas estas rápidas palavras e o assunto se finalizaram, mas na minha cabeça se iniciava um “turbilhão” de questionamentos e dúvidas.

Relataram ainda que, em anos passados não era permitida a entrada de negros ali no local, e nem pensar em uma moça trazer alguém de fora (de outras linhas, italianos, negros, poloneses, etc.) para namorar ou casar-se com alguém. Porém, aos poucos foi se superando esses preconceitos em relação às outras etnias, em especial a etnia negra, diante da qual havia mais resistência, e hoje, uma parcela ainda que pequena de negros frequentasse aquela região, e aos poucos está se mudando esta realidade e a aceitação desta diversidade de etnias e bagagens culturais sistematicamente está se tornando um fato naquela pequena comunidade.

Na minha adolescência aquelas questões borbulhavam em minha cabeça, na escola sempre tive um bom relacionamento com meus colegas, nas aulas pouco se discutiam estas questões voltadas à cultura negra. Apenas o livro didático apresentava a etnia negra, ainda que de forma bem superficial e na maioria das vezes, como escravos e como um povo sem voz e vez na sociedade. Todas as questões voltadas a este tema da etnia negra foram me incitando movimentos de reflexão ao longo dos anos. Porém, naquela época eu nem fazia ideia do quanto eu estava me interessando por um tema polêmico e importante na construção da nossa sociedade de forma mais justa, onde todos direitos, principalmente a uma educação justa, que valoriza e reconhece a diversidade étnica.

Através de conversas pude ir compreendendo, claro que de forma bem superficial, que as pessoas de origem africana e seus valores foram sistematicamente associados a qualidades negativas naquela região, principalmente se consideramos as pessoas mais antigas como meu avô e bisavô. Já, a geração de meus pais e tios tem aceitado e reproduzido valores positivos em relação aos negros com mais facilidade, distanciando-se de preconceitos e discriminações.

Concluí o Ensino Fundamental e Médio naquela cidadezinha. Em 2008, passei no vestibular para o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e vim morar em Santa Maria/RS, porém os questionamentos e curiosidades da região onde morava nunca me saíram da cabeça, apenas ficaram adormecidas por não ter abertura e incentivo da família e da escola. A aceitação dos negros nos dias atuais está caracterizando um grande avanço para que as gerações futuras não tenham mais esse olhar preconceituoso contra a etnia negra que moram ou apenas passam por aquela comunidade.

Ao ingressar no curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena, comecei a me integrar e participar de um projeto onde os focos de estudos foram (e ainda são) a Reforma Universitária e dentre os temas encontra-se as Ações Afirmativas na UFSM, coordenado pelo professor Jorge Luiz da Cunha. Meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também teve como tema central de pesquisa as relações étnicas em sala de aula, buscando uma percepção de que o preconceito relacionado à diversidade étnica pode ser encontrado na realidade escolar sim e, muitas vezes, dentro da própria sala de aula sem que o professor se conscientize com suas atitudes negativas, pois atitudes que se desencadeiam na sociedade refletem na escola, assim como, o ambiente escolar também respinga suas atitudes na sociedade.

Hoje sou agradecida a todos que me ajudaram nesta caminhada até aqui, meus pais, professores, amigos, pois sempre me ensinaram, desde pequena, que existem diferenças tanto culturais, religiosas, étnicas e que devemos respeitá-las. Sinto que este fato seja uma grande motivação das minhas inquietações sobre a luta da valorização dos negros, principalmente na área da educação e, mais pontualmente, na escola de educação básica, onde me concentro atualmente como pedagoga.

Um fato marcante, durante a graduação, foi o período em que realizei o Estágio Supervisionado em uma Escola Municipal da Santa Maria/RS, em uma turma de 1º Ano do Ensino Fundamental, e juntamente com o estágio realizei meu estudo de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) onde me deparei com muitas surpresas e pude observar na prática, que ainda existe, sim, um preconceito relacionado a cor da pele, mas o que mais me surpreendeu que estas cenas que observei, aconteceram em um ambiente escolar, qual deveria ser o exemplo de valorização das diferenças.

A partir deste estudo me detive ainda mais em estudar sobre temas voltados a diversidade étnica, tomando como foco principal as investigações ao ambiente escolar, pois vejo a escola como espaço primordial, onde os valores e as diversidades precisam ser enfatizados de forma a reconhecer e valorizar as etnias existentes em nossa sociedade.

Em 2014, concluí o curso de Especialização em Gestão Educacional, e novamente na escrita da monografia fui direcionando os estudos e aprofundando temas relacionados diversidade étnica, com o foco principal na compreensão dos gestores escolares sobre a Lei 10.639/03. Pude perceber, novamente, o quanto as escolas pouco se importam e buscam desenvolver seu trabalho de acordo com a Lei, visando a valorização e reconhecimento da diversidade étnica.

Conhecendo um pouco da realidade do ambiente escolar, atuando na Educação Infantil, consigo perceber claramente que, em pleno século XXI ainda é difícil desenvolver

discussões relacionadas às questões étnico-raciais em nossa sociedade, da mesma forma este fator também ocorre dentro das instituições de ensino Universitário. Podemos ver claramente que na esfera política e, também com episódios no esporte temos nos deparado com muitas situações de preconceito e discriminação em relação às pessoas pertencentes à etnia africana e isso tem gerado muita polêmica nas redes sociais, especialmente na televisão e facebook.

Hoje, as inquietudes ainda me incitam em continuar estudando e pesquisando sobre este tema, procurando estabelecer diálogos que visam esta valorização, principalmente nas escolas e como maior objetivo buscar dar voz aos que estão, realmente, sofrendo, ou seja, pessoas pertencentes à etnia afrodescendente.

Minhas narrativas não se finalizam aqui, pois a memória é uma teia de subjetividades, com superficialidade, silêncios, esquecimentos, rupturas, ou seja, não há como atingir a totalidade daquilo que foi vivido no passado, pois a memória constitui-se dos atos de lembrar e de esquecer, a um só tempo, e estes são produzidos socialmente. Portanto, cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Narrar minha própria história me faz conhecer, autorizar que o outro entre em minha e conheça minha história, compartilho experiências, sensações e sentimentos. De acordo com Thompson, “Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade” (1992, pág. 208), tanto individual quando ao pertencimento coletivo.

Da mesma forma como eu tentei descrever alguns momentos que me suscitaram mais relevantes na memória, assim acredito que a metodologia da Historia Oral, mais especifica as Narrativas (Auto) biográficas, sejam um instrumento democratizador, por permitir a grupos e pessoas retomarem suas memórias como possibilidade de modificação social, e assim, como afirma Thompson, “pode devolveras pessoas que fizeram e vivenciaram a história, um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. (1992, p.22)

Como pesquisadores narrativos, reconhecemos que qualquer fragmento de escrita autobiográfica, assim como a minha, é uma reconstrução, podendo haver outras reconstruções feitas pelo mesmo sujeito em outras situações da sua vida.

É pela partilha de experiências/saberes e na mediação com o outro é que crescemos como pessoas e como profissionais, transformando-nos, para depois suscitarmos alguma reflexão ou até uma mudança nas outras pessoas. Assim como eu, me estimei a escrever uma parte da minha história, senti de perto a dificuldade de narrar partes da minha vida, reinventei-me e, com certeza, posso afirmar que, a partir desta experiência tornei-me mais sensível as dificuldades de escrita/ou narração através de entrevista dos estudantes participantes deste trabalho.

Seguirei narrando, contando, revivendo e possivelmente ressignificando um pouco do que vivi como pessoa e como profissional, onde as reminiscências se entrelaçam entre o ontem, o hoje e a perspectiva de um amanhã, buscando um sentimento de poder contribuir, ao menos um pouco, para a construção de uma sociedade cada dia, mais humana.

Na procura da totalidade do eu, da minha história, me reinvento, me auto-revelo e desvelo o outro que está dentro de mim. E nesse movimento de fazer, desfazer e refazer, reencontro e reconheço a pessoa que fui e sou em permanente processo de busca e de formação, nos diferentes contextos e papéis assumidos, na partilha de ideias, nas interações sociais, na relação com os outros e nas novas experiências e aprendizagens.

Josso, afirma que “a história da nossa formação e a compreensão dos nossos processos de formação e de conhecimentos podem ser transformadas e enriquecidas quando as narramos” (2004, p. 44). Através da escrita que surgiu mediante minhas lembranças e memórias, revelaram como fui tecendo representações e princípios de ser professora (PASSEGGI, 2006), traçando caminhos para atravessar os diversos obstáculos, até tornar-me professora e pesquisadora.

O olhar retrospectivo sobre os fatos me permite afirmar que foram os desafios vivenciados desde a infância, perpassando pelo processo escolar, que me impulsionaram a criar, a pesquisar, a ir além desse espaço. O encontro com a formalidade acadêmica da pesquisa propiciou-me transformar dificuldades e inseguranças em momentos ricos de aprendizagens, num exercício permanente de ação-reflexão-ação e num movimento contínuo de pensar e reconstruir o ato de educar. Principalmente educar para a diversidade, onde cada pessoa possa ser reconhecida e valorizada em sua cultura e etnia.

Após conhecer um pouco da minha caminhada pessoal, principalmente com elementos familiares e da escolarização, proponho a seguir, discutir alguns aspectos importante em relação à origem da desigualdade no Brasil, para que consigamos pensar e nos inserir neste tema desde seus primórdios até os dias atuais.

3. REFLEXÕES SOBRE AS BASES LEGAIS: A HISTÓRIA E A CULTURA AFRICANA EM QUESTÃO.

“Construímos muros demais e pontes de menos[...]”. Isaac Newton

Levando em consideração a frase de Isaac Newton, e fazendo uma relação com o campo da educação, vimos que os muros que construímos em relação à diversidade étnica, muitas vezes são um passo grande demais e assim, não se efetivam de forma satisfatória. Assim, por outro lado, deveríamos pensar em dar passos mais curtos e simples, buscando construir pequenas pontes, mas que possam se efetivar com atitudes simples, mas grandes em meio às relações sociais entre as pessoas.

Tanto falamos e citamos a desigualdade étnica existente em nossa sociedade, mas para compreendermos restabeleceremos alguns conceitos básicos legais, sobre a história das desigualdades, dialogando alguns aspectos relevantes neste capítulo.

Para iniciar as discussões deste capítulo, e levando em consideração que a desigualdade étnica no Brasil é um processo histórico, com muitas ideias divergentes, levo os leitores a refletir sobre um questionamento que se faz necessário pensar: Será que, na sociedade atual, a consciência da diversidade étnica já está sendo vista de forma valorizada?

Acredito que, o primeiro passo para o reconhecimento e a valorização do povo negro nas escolas brasileiras se deve à inserção efetiva dos artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, LDB, como veremos a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

Realizando a leitura destas alterações na LDB, percebemos que é clara a determinação. A temática deve ser inserida no conteúdo programático oficial e não como uma disciplina nova, como muitos profissionais da educação pensam, mas deveriam ser inseridas nas disciplinas já existentes, discussões de maneira a desconstruir a história, muitas vezes, contada na escola e contada nos livros didáticos em que o povo negro aparece na grande

maioria, como sujeitos inferiores e, portanto, menos importantes que os brancos na formação da sociedade brasileira.

Outra base legal instituída foi promulgada pelo Presidente da República em nove de janeiro de 2003, a Lei 10.639/03, de autoria da deputada Esther Grossi (PT/RS), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e inclui no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes pública e privada a obrigatoriedade do estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O maior desafio a ser enfrentado após anos de sua aprovação ainda é o de colocar essa inclusão em prática de maneira eficaz e adequada no cotidiano escolar brasileiro.

A partir de 2003, através da instituição legal pelas políticas públicas, a escola em geral passou a pensar a diversidade de forma a valorizar cada etnia de acordo com seus costumes e características, e quando falamos em escola, é claro que, estamos incluindo tanto o quadro de professores, alunos e a comunidade, pois estes também se inserem no contexto escolar.

De acordo com a lei, o conteúdo programático das diversas disciplinas deve abordar o estudo de História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, acultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar e, principalmente, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira (MEC, 2011).

Após alguns anos da implementação da Lei 10.639 de 2003, foi sancionada em 10 de março de 2008 a Lei 11.645/08, que acrescenta na anterior a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena, além de suprimir o artigo 79-B, que inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra. Para fins jurídicos como houve uma revogação da Lei anterior, seria mais correto à referência à Lei nº 11645/08, porém nesta pesquisa o foco de interesse são as ações e iniciativas que estão sendo elaboradas e fazem referências as práticas executadas pelas escolas, em relação à implementação do estudo de História da África e cultura afro-brasileira e não propriamente a lei formal. Por essas razões, será usada a referência à Lei primeira.

A implementação da Lei 10.639/03 trouxe muitos benefícios, no que diz respeito ao tratamento dado as questões étnicas, principalmente em relação aos negros que eram tratados como “seres inferiores” e passíveis de dominação, justificando assim o sistema escravista que por séculos sustentou a economia do Brasil. Também é notória a importância que o estudo e as discussões em sala de aula a respeito da História Africana possuem nos dias atuais. Porém

todas essas preocupações devem estar acompanhadas de um conhecimento a respeito das diversas culturas que formam o país.

Como nos afirma Souza,

No meu entender, ao tratarmos de assuntos africanos em geral e História da África em particular, devemos partir do princípio de que temos pouca, ou mesmo nenhuma familiaridade com os temas relativos ao continente africano.

Dessa forma, o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África. (2012, p. 23)

É nesse contexto que em muitas escolas brasileiras, tanto de Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, a Lei não é aplicada, pois há um despreparo em relação aos professores sobre o tema, ou existe uma falta de interesse da própria escola em levar adiante a discussão em torno das diversidades, voltando-se apenas para comemorações de datas como o dia da “Consciência Negra” ou “13 de Maio”, e mesmo assim, não refletindo sobre o real significado destas datas, perdendo-se, a oportunidade de instigar os alunos sobre o tema.

Sabemos que a efetivação da proposta de Lei 10.639/03 depende, em grande parte, da formação de professores, é necessário que os cursos de licenciatura preparem os futuros professores para lidar com estas temáticas, mas a formação destes futuros docentes não contempla, de forma obrigatória, o trato das temáticas africanas e afro-brasileira em seus currículos.

Além da formação inicial, torna-se primordial que as escolas e os profissionais da educação tenham os instrumentos necessários para desenvolver suas propostas, orientações e práticas apontadas tanto pela lei e pela Resolução, quanto pelos pesquisadores da área.

Neste sentido, devemos repensar os cursos de Licenciatura e formação de professores, capacitando-os para lidar com as temáticas de História da África e Cultura Afro-brasileira, não como um “dever” a ser cumprido por imposição legal, mas como um direito a ser conquistado e responsabilmente exercido na busca de construção da cidadania. Ampliar os programas de formação continuada de professores em todo o território nacional seja, por meio das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, ou via parcerias com Universidades públicas ou privadas. Incentivar projetos e criação de núcleos de pesquisa e estudo da cultura afro-brasileira que subsidiem ações afirmativas de integração social dos africanos e afro-descendentes.

A educação tem este papel e esta responsabilidade, pois ela é um meio privilegiado de formação das futuras gerações, de mudança de mentalidades, impulsionando direta ou indiretamente os indivíduos a transformar a realidade em que vivem.

Após a publicação da Lei 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação CNE aprovou o parecer CNE/CP3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das referidas diretrizes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos apresentam, que

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p.29)

Percebemos neste trecho que está inserido nas políticas educacionais a preocupação com alunos e professores, para um melhor aproveitamento dos conteúdos a serem trabalhados. Realmente, em algumas escolas tem-se observado mudanças, porém, elas são pequenas se comparadas com a realidade escolar. O que temos observado na maioria das vezes são esforços isolados de alguns professores incluírem nas atividades pedagógicas assuntos que valorizam o conhecimento de História da África junto aos alunos e a escola.

Segundo estas Diretrizes, para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros, aspectos pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem os princípios a seguir explicitados abaixo: (BRASIL, 2004).

O primeiro princípio, *consciência política e histórica da diversidade*, deve conduzir à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicos distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que, em conjunto, constroem, na nação brasileira, sua história; ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e, também, as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados; à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia

racial, que tanto mal fazem a negros e brancos; à busca de pessoas em particular, de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, das informações e dos subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas; ao diálogo, via fundamental para o entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns visando a uma sociedade justa (BRASIL, 2004).

O segundo princípio, *fortalecimento de identidades e de direitos*, deve orientar para o desencadeamento do processo de afirmação de identidades, da historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal; o combate à privação e violação de direitos; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; as excelentes condições de formação e de instrução, que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais (BRASIL, 2004).

O terceiro princípio, *ações educativas de combate ao racismo e a discriminações*, encaminha para a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancas no conjunto da sociedade; a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las; condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, como por exemplo, a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; educação patrimonial, aprendido a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando preservá-lo e difundi-lo; o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais; participação de grupos do Movimento Negro e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a

escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos, que contemplem a diversidade étnico-racial (BRASIL, 2004).

Tendo compreensão de tais princípios, é possível perceber que são várias as frentes de atuação, não só por parte dos professores, mas também de todos os profissionais envolvidos na educação que devem atuar desde a desconstrução das ideias e comportamentos presentes na sociedade, passando pela valorização dos elementos da cultura afro-brasileira para a construção da identidade até a análise crítica dos textos didáticos, principalmente, contidos nos livros didáticos e paradidáticos, que circulam nas escolas.

Torna-se necessário a compreensão da história e da cultura africana e afro-brasileira para que possamos, de fato, contribuir para a formação da consciência política e histórica da diversidade, para a construção da identidade e a promoção de práticas que superem o preconceito que existem no cotidiano escolar.

Estes princípios e seus desdobramentos mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e das suas tradições culturais. É neste sentido que se fazem as seguintes determinações em relação ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, destacando-se:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, 2004, p.21).

Em julho de 2010, entrou em vigor a lei 12.288, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, contendo uma série de direitos, obrigações estatais, objetivos e metas que dizem respeito a todos os brasileiros. No ano de 2012, foi editada uma Cartilha sobre o Estatuto, uma parceria entre o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Essa Cartilha pretendeu difundir o Estatuto e o entendimento de que “a força de uma lei depende em grande medida de que as pessoas a conheçam e saibam utilizá-la em defesa dos seus direitos e interesses”. Diz a Cartilha no Estatuto da Igualdade Racial:

O Estatuto da Igualdade Racial abarca um conjunto de garantias: adota o princípio jurídico da promoção da igualdade/ação afirmativa; inclusão social da população negra; acesso à saúde; educação, cultura e lazer; liberdade de crença; acesso a terra e moradia; trabalho e meios de comunicação. (2012, p. 8)

Prevê ainda o Estatuto da Igualdade Racial que “promover a igualdade vale mais do que combater a discriminação” e, para tanto, institui que:

[...] ao Estado cabe mais do que combater a discriminação: é dever do Poder Público, nas três esferas de governo, assumir um papel positivo, proativo, visando promover a igualdade. Reprimir a discriminação, inclusive por meio de leis penais, é importante, mas não resolve o problema. [...] Promover a igualdade significa que o Estado deve agir preventivamente, positivamente, adotando todas as medidas para que a igualdade jurídica se traduza em igualdade na prática; igualdade de oportunidades e de tratamento. [...] O princípio jurídico da promoção da igualdade (ação afirmativa), [...] significa que e em todas as áreas de política pública o Estado deve preocupar-se em garantir que a população negra tenha as mesmas oportunidades e o mesmo tratamento: na prática e não apenas no papel (2012, p. 9).

Entendemos que, com os avanços na implementação da democracia e na superação das desigualdades sociais e principalmente étnica, no Brasil, seja também um dever democrático da educação escolar e das instituições públicas e privadas de ensino a execução de ações, projetos, práticas, novos desenhos curriculares e novas posturas pedagógicas que atendam ao preceito legal da educação como um direito social. Contudo, que a educação escolar inclua no direito social o direito à diferença.

Compreendemos, embasados no Plano Nacional de Educação³ que as leis não são somente instrumentos de orientação para o combate à discriminação, mas também são ações afirmativas que reconhecem a escola como um lugar da formação de cidadãos, que enfatizam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país múltiplo e plural. (BRASIL, 2009).

O Brasil celebra a mistura perante a contribuição de brancos, negros e índios na formação da nacionalidade⁴, buscando a valorização do enriquecimento cultural e lutando pela ausência de fronteiras de nossa cultura.

Entre muitos conceitos e autores estudiosos (Gilberto Freyre (1954), Sérgio Buarque de Hollanda (1995), Darcy Ribeiro (1995, 1978)) que buscam responder quem é o povo brasileiro, pode-se chegar a uma simples conclusão: Os brasileiros são tantos, de forma tão

³O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

⁴Nacionalidade é a condição de um cidadão que pertence a uma determinada nação com a qual se identifica. É a qualidade daquilo que é nacional, que é próprio da nação, da pátria. Uma nação é constituída por um Estado nacional composto por um povo que partilha a mesma origem, história, língua e tradições. Através da nacionalidade, os cidadãos nacionais se distinguem dos estrangeiros.

variada, tão múltiplos, tendo suas origens e trajetórias étnico-culturais muito diversificadas, que talvez nunca se saiba afirmar ao certo, quem é o povo brasileiro.

É interessante notar que a mistura muitas vezes, não é reconhecida. Há sistemas que não são aceitos na sua mistura própria. Por exemplo, no período de construção da nacionalidade, não está presente a ideia da miscigenação das três raças que hoje se diz terem constituído a nação brasileira, mas somente a dos índios e brancos. Os negros estavam excluídos. Essa mistura não era desejável, pois, afinal, tratava-se de escravos. Mais tarde surge a Ideologia do branqueamento⁵ que presidiu ao estímulo as grandes imigrações europeias, de italianos, de alemães, de espanhóis, de poloneses etc.

Cultivava-se um pensamento de que o correto era o afastamento do negro, considerado rude, sem cultura, incivilizado, e sim, se aproximar com o branco, modelo da sociedade brasileira. A ideologia do branqueamento desde o início do século XX contribuiu para desenvolver, no branco, um complexo de superioridade e, no negro, em contraposição, um complexo de inferioridade.

Isso faz com que o negro sofredor do racismo, acabe favorável à necessidade da busca da miscigenação, para assim “branquear” a família, para que ela então sinta menos preconceito, sem enxergar que noções, tanto de miscigenação quanto de pureza racial, são construções político-sociais utilizadas por setores da sociedade que pretende se manter dominante. (MUNANGA, 1999)

Esta incansável luta pela unidade da nação marcou o Brasil com um sinal permanente até hoje: o mito da democracia racial. Isto é, a ideia de que o índio, o negro e branco se unem harmonicamente para construir o país passou a ser dissipada em toda sociedade. Entretanto, sabemos que esta não é, e nunca foi nossa realidade. Muitos de nós crescemos ouvindo falar que no Brasil não existe (ou já foram adotadas as medidas necessárias) para combater a discriminação e preconceitos étnicos, principalmente quando nos remetemos aos grupos étnicos afrodescendentes.

Em relação a esta questão, não ter preconceito é mais do que ter amigos negros, e sim, aceitar sua cultura de modo como aceita a sua própria. Ser livre de preconceitos é acreditar que todos devem ter oportunidades iguais, independentes de cor, raça, sexo ou etnia. De

⁵ A ideologia do branqueamento, pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos e teve como objetivo propagar que não existiam diferenças raciais no Brasil e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos. A isto damos o nome de democracia racial. Projeta uma nação branca que, através do processo de miscigenação, irá arrancar o negro da nação brasileira, supondo-se, assim, que a opressão racial acabaria com a raça negra pelo processo de branqueamento.

acordo com a afirmação que está na nossa Constituição, “Todo mundo é igual diante da lei” (BRASIL, 2010), nosso desejo é de que um dia o Brasil realmente possa ser assim.

Aos poucos, com o passar dos anos, já conseguimos perceber que os afrodescendentes, em especial os jovens, lutam contra a exterminação e exclusão, reforçando as denúncias de segregação racial, social, cultural e afirmando positivamente a sua identidade étnica. Isto se revela muito positivo.

Também através de ações legais, que aos poucos estamos alcançando o fim da escravidão, porém apenas isto não resolve a questão do negro brasileiro, retirado de sua terra natal, agora, sem a condição da volta, se deparara com uma nação construída com o seu trabalho, mas que não aceita a todos igualmente.

Assim, com o início do trabalho livre, e com a chegada do novo trabalhador imigrante, o negro é jogado à própria sorte, em um modo de organização social que traz em seu cerne a produção das desigualdades sociais. Todo esse fenômeno passou despercebido pela sociedade nacional. Tudo parece ser muito natural. A falta de uma reflexão sobre o momento histórico da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre pela sociedade brasileira fez com que avançassem as ideias de inferioridade do negro.

Vemos que após a abolição, nenhuma forma de segregação foi imposta, ou seja, os escravos foram, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente na época. Juntamente com isso, o governo brasileiro começou, na segunda metade do século XIX estimular à imigração europeia, em uma tentativa de buscar um “branqueamento” a população nacional. Assim, milhões de imigrantes europeus entraram no país durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX. Essa força de trabalho foi contratada tanto na agricultura quanto na indústria que estava sendo implantada em algumas cidades. O pesquisador Henriques, nos afirma que,

A naturalização da desigualdade, por sua vez, engendra no seio da sociedade civil resistências teóricas, ideológicas e políticas para identificar o combate à desigualdade como prioridade das políticas públicas. Procurar desconstruir essa naturalização da desigualdade encontra-se, portanto, no eixo estratégico de redefinição dos parâmetros de uma sociedade mais justa e democrática (2001, p.01).

Para refletirmos sobre a origem das desigualdades no Brasil, podemos usar como base a obra de Fernandes (1978), intitulada “A integração do negro na sociedade de classes”, onde ele discute de que forma o Brasil se fomentou em uma sociedade de classes em que os negros e os mulatos nunca conseguiram se integrar, justamente por sofrerem processos de exclusão de diferentes ordens ao longo da história.

Fernandes (1978) também ressalta que esta população teve que aceitar a ordem social vigente do jeito que estava imposta. Sendo assim, compreendemos que o negro foi obrigado a disputar a sobrevivência social, cultural e mesmo biológico em uma sociedade desigual, onde desde o principio, foi colocado em condições desigual em comparação a outros grupos sociais.

Quadro 1 - Ações contra a discriminação e preconceitos afrodescendentes.

ANO	DESCRIÇÃO
1630	Data provável da formação do Quilombo dos Palmares. Palmares ocupou a maior área territorial de resistência política à escravidão, sediando uma das mais efetivas lutas de resistência popular nas Américas.
1833	É fundado o Jornal O homem de cor, por Paula Brito, sendo o primeiro periódico brasileiro a defender os direitos dos negros escravizados.
1850	É instituída a Lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico de negros escravizados pelo Oceano Atlântico. A lei, do Segundo Reinado, atendia a interesses da Inglaterra, mas foi fundamental para o processo de abolição da escravatura no Brasil.
1869	Proibida a venda de negros escravizados por “pregão” e com exposição pública. A lei também proíbe a venda em separado de membros de uma família (casais e pais e filhos).
1871	Instituída a Lei do Ventre Livre, estabelecendo que os filhos dos negros escravizados do Império, a partir daquela data, seriam considerados livres, depois de completarem a maioridade.
1885	A Lei dos Sexagenários concede liberdade aos negros escravizados com idade igual ou superior a 65 anos, tendo sido promulgada em função do movimento abolicionista.
1888	Promulgada, em 13 de maio, a Lei Áurea, extinguindo oficialmente a escravidão no País. Mas a data é considerada pelo Movimento Negro como uma “mentira cívica”, sendo caracterizada como Dia de Reflexão e Luta contra a Discriminação.
1914	Surge em Campinas a primeira organização sindical dedicada à causa dos negros. Dela participaram, de forma expressiva e determinante, as mulheres negras.
1915	É fundado o jornal Manelick, o primeiro periódico paulista dedicado à difusão da cultura negra e à defesa dos interesses da população afrodescendente.
1932	Criado em São Paulo o Clube do Negro de Cultura Social. Seus dirigentes editavam o jornal O clarim da alvorada, um dos mais importantes na história do periodismo racial.
1945	Surge em São Paulo a Associação do Negro Brasileiro. No Rio, é organizado o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, para defender a Constituinte, a anistia e o fim da discriminação racial. Acontece a I Convenção Negro-Brasileira.
1974	Em Salvador, é fundado o bloco afro Ilê Aiyê. Em São Paulo, acontece a Semana do Negro na Arte e na Cultura, que articula apoio às lutas de libertação travadas na África. Surgem várias entidades de combate ao racismo. Em São Paulo, surgem o Centro de Estudos da Cultura e da Arte Negra (Cecan), o Movimento Teatral Cultural Negro, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) e a Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, surgem o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), a Escola de Samba Gran Quilombo e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.
1977	Surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que, dentre outras grandes ações, instituiu o Dia Nacional de Consciência Negra, em 20 de novembro, em celebração à memória do herói negro Zumbi dos Palmares.
1979	O quesito cor é incluído no recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), por pressão de estudiosos e de organizações da sociedade civil organizada.
1998	Criação do Sistema de Cotas na Universidade de Brasília (UnB), a partir do Caso Ari. O estudante de Engenharia Civil Arivaldo Lima Alves, negro, foi o único aluno reprovado em um projeto, apesar de ter as melhores notas.
2003	Implementação da Lei 10639/03 e o ensino da história e cultura afro brasileira e africana nos currículos escolares.
2010	É aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, que prevê o estabelecimento de políticas públicas de valorização da cultura negra para a correção das desigualdades provocadas pelo sistema escravista no País.

Fonte: (AUTOR PROPRIO)

No Quadro 1 podemos visualizar algumas etapas das dificuldades que os afrodescendentes tiveram que enfrentar até os dias atuais, é apresenta abaixo, uma linha do tempo, que elaborei, sobre a luta contra a discriminação e ao preconceito.

Observando o quadro acima, conseguimos visualizar, ainda que de forma parcial, a sequência que os negros na sociedade vêm lutando para conseguir condições de igualdade em todos os campos, mas para alçar pequenos passos sempre foi necessária a obstinação individual que contaminassem todos em prol da luta.

Olhando para este breve histórico, vemos que ainda há muito que fazer, para que a diversidade étnica seja um motivo de orgulho na história da humanidade, principalmente ao que compete a área da educação.

Um exemplo da desigualdade na área da educação, é o que pode ser visto, nos dados referentes ao analfabetismo funcional (menos de 3 anos de estudo). O percentual de analfabetos funcionais entre os brancos é de 40%, enquanto entre os negros esse percentual é de 55%. A desigualdade pode ser observada também na relação entre anos de estudos: 19% da população branca tem mais de 11 anos de estudos contra 7,5% dos negros. Quanto ao nível de escolaridade, o número de brancos com nível superior completo é 5 vezes maior que o número de negros (HENRIQUES, 2004).

Outro dado que podemos observar é, de uma recente pesquisa sobre a situação do negro brasileiro realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas). O quadro revela que a exclusão social é ainda mais grave entre os negros. Para exemplificar, dados referentes ao mercado de trabalho:

O salário médio de um homem negro no Brasil não chega à metade do que recebe um homem branco. Uma mulher negra tem rendimentos que só chegam a 30% do salário de um homem branco. Os dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, enquanto ser negro ajuda a piorar a situação social de uma pessoa, ser mulher e negra a põe na última linha social. A pesquisa Retratos da Desigualdade foi preparada pelo IPEA com base em números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Os dados salariais de 2003 mostram que a média de rendimentos de um homem branco chega a R\$ 881,11. Na outra ponta, uma mulher negra recebe, em média, R\$ 279,70. (...) Os dados mostram que 21% das mulheres negras que trabalham estão empregadas em serviços domésticos e apenas 23% delas têm carteira assinada. Já entre as mulheres brancas apenas 12,5% são empregadas domésticas e 30% delas têm registro na carteira. (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 2005)

Este exemplo acima, busca nos mostrar que de fato o preconceito é um fenômeno social presente de forma concreta na estrutura social brasileira, e a luta por sua superação pode constituir-se num elemento importante para a construção de novas dinâmicas de relações sociais.

Segundo Florestan Fernandes (1989), o negro brasileiro, além de enfrentar as barreiras sociais, enfrenta no dia a dia as barreiras raciais. Este se torna assim duplamente explorado, pela condição de classe e pela condição de negro, visto que, mesmo aqueles que conseguem superar as barreiras sociais se deparam, na sequência, com as barreiras raciais. Portanto, a questão racial deve ser um componente importante a ser considerado na luta de classes no país, bem como a questão de classe deve ser considerada na superação das desigualdades raciais.

Após a implementação das políticas de ação afirmativas, conseguimos visualizar alguns avanços significativos em relação à classe média negra. No entanto, os negros da classe média continuam sentindo na própria pele as barreiras pelo seu pertencimento étnico. Mesmo dentro das mesmas condições de trabalho, a média salarial dos negros, ainda, é inferior à dos brancos. Por isto, a necessidade de aliarmos, na luta política pela superação do modelo de organização vigente, à luta contra todos os mecanismos de dominação, de exploração e de subjugação de um grupo sobre outro.

É intrigante e fico pensativa em como existem alguns brasileiros que discriminam o grupo dos afrodescendentes, que tanto contribuíram na construção do nosso país, e referente a este questionamento podemos realiza outras perguntas como: por que negar a história africana? Por que contar a história dos afrodescendentes apenas pelo viés negativo? O que a escola brasileira tem feito? Como o uso do termo afrodescendente pode estimular novas discussões na sociedade? Qual o termo correto a ser usado na sociedade?

Para tentar responder aos questionamentos acima, busco algumas reflexões bem pessoais, principalmente, no que se referem quando criança e na escolarização que tive até os 10 anos. Acredito antes de qualquer posição, que toda personalidade, crença e ensinamentos são resultado da socialização no seio familiar e na comunidade cultural na qual o sujeito esteja inserido. Desde que eu nasci, tive ensinamentos de que havia sim condições melhores para os brancos, mas ao mesmo tempo, ninguém explicava o porquê disso. Acredito que muitas pessoas defendem a desigualdade, devido sua criação familiar e não tem conhecimentos sobre a real história de lutas e desigualdade que os negros sempre enfrentaram.

A expressão afrodescendente ganhou mais destaque na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, no ano de 2001, na África do Sul (BRASIL, 2001). Na referida Conferência, “[...] o termo tornou-se oficial para se referir aos descendentes de africanos. De alguma forma, o peso da negatividade do termo negro e seus correlatos foi, pelo menos para algumas pessoas, de alguns círculos sociais, posto em cheque”.

Na mesma linha de pensamento, Nunes classifica o vocábulo afrodescendente como “politicamente correto”, “[...] quando se tratam de sujeitos negros e dos que deles descendem, uma vez que a expressão compreende todos os grupos sociais e contém uma dimensão política que enfatiza a relação original de todos eles” (2013, p. 10).

Neste estudo, cabe analisarmos e refletirmos mais profundamente sobre a Lei 10.639 de 2003, por se tratar diretamente das escolas e do conhecimento que está sendo repassado para as crianças e jovens nos dias atuais.

Nós produzimos um diálogo cultural entre as realidades existentes e distintas que formam nossa sociedade, notadamente, baseia-se na troca de experiências. Esse diálogo entre culturas, ou seja, o diálogo intercultural corresponde a uma existência do nosso tempo, em que temos uma necessidade de dar respostas comuns a desafios de toda a humanidade. O diálogo permite o enriquecimento cultural, a troca e partilha de ideias; exige a igualdade entre todos os homens; de direitos e deveres; ou seja, dar respostas às questões que compõem a nossa sociedade.

Desta forma, a Educação exerce um papel determinante para o agravamento e superação deste quadro, como aponta Pereira, “Nesse cenário, a Escola se torna, inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete, através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais” (2007; p. 15).

Mas como foram os tempos antecedentes da Lei 10.639/03? É fundamental refletirmos sobre este questionamento, para compreendemos a Lei e a situação atual da sociedade em que vivemos.

Usamos um pouco da história para nos remeter a Princesa Isabel quando assinou a Lei Áurea em 1888, os negros, até então escravizados e, agora, recém-libertos, deixaram de ter serventia (apenas mão de obra) e passaram a se constituir em um estorvo para a sociedade, sobretudo com o crescente fluxo de mão de obra dos imigrantes europeus. Ainda, antes da República Velha, a considerada “mistura racial” era vista como um atraso para a nação, com muitos teóricos, no final do século XIX, afirmando que o declínio e retardamento do país eram devido a esse fato.

Nesta situação, o negro teve de trilhar seu próprio caminho, separando-se de seus familiares, de suas raízes e de sua própria identidade. Tornava-se necessário que o próprio negro tomasse uma iniciativa de se inserir em uma sociedade excludente, buscando formas de se afirmar, de sobreviver e, principalmente, de reconstruir sua identidade.

A partir de então, criava-se uma imagem estereotipada do negro, como sendo um indivíduo que pertenceria a uma “raça inferior”, avaliação que explicitava o preconceito racial e incentivava, segundo Munanga, a ideologia da superioridade do homem branco:

Apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada, na negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgar superior. (2006, p.16)

Neste momento da história, foi necessário, a afirmação da identidade negra pelo próprio negro e a luta de movimentos engajados, a fim de que ele pudesse ser visto como sujeito da história e não mais apenas como um objeto.

Nos anos de 1970, podemos destacar criação do Teatro Experimental Negro (TEN), pelo Movimento Negro, que lutavam pela revalorização da história e cultura africana e afro-brasileira, reforçando o reconhecimento do negro pela sociedade e sua incluso, de forma mais justa e igualitária (PEREIRA, 2010), sendo que uma das preocupações reveladas pelos movimentos era para a educação.

Na década de 1980, constatou-se que a discriminação étnica, presente no cotidiano escolar, era a responsável direta pela crescente desigualdade de percurso entre os alunos negros e brancos (FILHO, 2011). Havia, então, na escola, comprovadamente, o preconceito e a desigualdade, sendo que na mesma época estavam sendo realizadas diversas pesquisas relacionadas ao tema.

Ainda nesta época, com a luta do secretário de educação e cultura da Bahia e do esforço da Universidade Federal da Bahia (UFBA), houve a determinação da inclusão da disciplina: “Introdução aos Estudos Africanos” em escolas públicas estaduais do estado da Bahia. Este acontecimento teve grande significado para a população afrodescendente local.

Vimos que a década de 1980 representou uma grande conquista na luta contra a desigualdade racial, principalmente no âmbito educacional, mas foi na década de 1990 que os movimentos ligados às questões étnicas tomam forma nos debates políticos. Nesta época, a mídia, a sociedade, o governo da União e as instituições escolares se voltaram, de fato, para essas questões e passaram a discuti-las de modo mais apropriado e profundo.

O Movimento Negro continuava presente, defendendo a causa negra como há quase um século, motivo pelo qual, segundo Nascimento,

Passaram a exigir do Estado, políticas de democratização da educação, de melhoria social, de meio ambiente (...). O movimento social negro não atuou de forma diferente. Na constituinte conseguiu fazer aprovar artigos que abriram espaços para a elaboração da lei 7.716, a chamada Lei Caó, em 1989, e para medidas de ação afirmativa, que, atualmente começam a ser implantadas (2007, p. 66).

Nesta época, surgiram também políticas públicas, especificamente voltadas para a população afrodescendente, como a instauração do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), a princípio no Estado do Rio de Janeiro, com a intenção de promover a entrada nos alunos negros nas universidades públicas.

A Marcha Zumbi dos Palmares, no ano de 1995, também contribuiu para que Estado brasileiro voltasse seus olhos para as lutas étnicas, forçando, a partir de então, o reconhecimento público da existência do racismo e do preconceito no Brasil e incentivando, assim, uma ação mais diretiva no sentido de se discutir o problema do preconceito.

Em 1996, o Governo da União lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos, onde buscam diversas metas para promover os Direitos Humanos de modo geral e a luta contra a discriminação étnica de modo específico.

Podemos ver que as lutas e os programas vêm se intensificando desde o final da década de 80 e início da década de 90, quando foram publicadas pesquisas demonstrando o quanto a população negra estaria em defasagem em relação ao contingente populacional branco, em vários indicadores: saúde, educação, mercado de trabalho, entre outros. As pesquisas serviram também para comprovar o quanto a discriminação estava presente em nossa sociedade.

Em março de 1999, foi aprovado o Projeto de Lei nº 259, formulado pelos então deputados Bem-Hur Ferreira e Esther Grossi: estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Este projeto, no artigo primeiro, justifica a intenção de reconhecer a luta dos negros do Brasil na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição.

Outro fato importante da década de 90, que serve também como antecedente da lei 10.639, é a aprovação da conhecida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996), além da criação, no ano seguinte, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), cujo propósito foi afirmar-se como uma referência para o Ensino Fundamental e Médio de todo país, já que tinha como um de seus objetivos explícitos a garantia aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania plena.

Voltando a pergunta inicial, sobre como foram os tempos antecedentes da Lei 10.639/03, posso dizer, que foi de muitas lutas e conquistas, e estas conquistas foram sendo

integradas com o passar dos anos junto com o engajamento de muitas pessoas. Voltando para a discussão deste tema, referente a esta pesquisa, posso afirmar que uma das intenções deste estudo é que conheçam, ainda que de forma breve, um pouco do histórico de lutas dos afros descendentes, o quanto eles sofreram e ainda sofrem com seu histórico de desvalorização.

O que se tem presenciado, atualmente, nas escolas brasileiras, é a constituição de um espaço, muitas vezes, pouco democrático, formado por imposições, sem implicar no diálogo e na descoberta do novo. Surge daí, o discurso da pouca preparação dos professores em levar para dentro da sala de aula discussões relacionadas à diversidade étnica.

3.1 REPRESENTAÇÕES DA VIDA ESCOLAR: COMPROMETIMENTO COM A IGUALDADE ÉTNICA

Para o início da discussão sobre a importância da escola no ensino da diversidade étnica, farei uso de uma frase de Nelson Mandela⁶ (2013), que diz: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, pode ser ensinado a amar [...]”. Acredito que está frase nos faz pensar, primeiramente em nosso seio familiar onde fomos criados e em segundo lugar no ambiente escolar, nas escolas que frequentamos desde pequenos e o que ela nos influenciou de positivo e negativo.

Para dar conta da formação do cidadão do século XXI, a escola deve estar comprometida em propiciar, através de diversas linguagens, a construção do saber, do conhecimento, preparando o educando para a transformação do mundo. Pela convivência com as diversas manifestações culturais, impregnadas de crenças, costumes e valores, espera-se que cada indivíduo passe a reconhecer e respeitar o direito do outro à diversidade.

Ao realizar leituras e compor bibliografias sobre as relações étnicas, especialmente, na educação infantil⁷, identificamos um intenso silêncio dos movimentos sociais sobre a educação da criança pequena, associando-se a um desconhecimento sobre as relações étnicas que se constroem nas escolas de educação infantil, durante a infância.

Sabemos que o processo de socialização inicia-se desde o nascimento e se estende por todos os anos de vida da pessoa, e os primeiros passos são cruciais para compor a

⁶ "Long Walk to Freedom", Nelson Mandela, (2013). Retirado do site: <http://pensador.uol.com.br/>.

⁷ A Educação Infantil no Brasil compreende o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, enquanto em outros países abrange crianças entre 3 e 5 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996) define que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches ou em entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos. Ainda que não obrigatória, a Educação Infantil é um direito público, cabendo ao município a expansão da oferta, com o apoio das esferas federal e estadual.

personalidade do indivíduo, assim, é fundamental e marcante o papel que a escola tem na construção social do ser.

A experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com outras crianças de mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo. (CAVALLEIRO, 2005, p. 17).

Falar dos processos de socialização requer destacar, também, a importância da família na formação das pessoas, “[...] como responsável pela socialização de seus membros, especialmente crianças e adolescentes, a família transmite-lhes valores que são interiorizados ao longo de suas vidas.” (RODRIGUES, 2007, p. 65).

A instituição escolar é um espaço responsável pelo processo de socialização infantil, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, no qual se estabelecem as relações com crianças de diferentes culturas familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais.

As relações que são estabelecidas entre crianças, sejam elas, brancas e negras numa ambiente de sala de aula podem acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura tímida, com receio de que seja rejeitada, insultada ou ridicularizada pelo seu grupo social.

O preconceito praticado à criança negra pode e é muito perverso, ou seja, pode causar um transtorno muito grande para seu inconsciente, pois pode fazer com que ela não se reconheça, iniciando um processo de desvalorização de suas características individuais, que interferem na construção da sua identidade. O que pode fazer com que a criança sinta-se desvalorizada e excluída, chegando até a pensar que não é merecedora de direitos e, digna de respeito.

Assim, família e escola compõem as instâncias formativas das crianças, jovens, adolescentes e adultos na sociedade. Para Rodrigues:

Anterior à família, parece não haver um grupo com tamanha expectativa por parte da sociedade pela socialização de seus membros. A família desempenha papéis socializadores em nível privado e público, enquanto os outros agentes (escola, mídia, Igreja) desempenham esse papel em nível público, com influência na família. A forma como a família orienta os filhos e filhas no processo de socialização é que irá determinar se os filhos e as filhas tornar-se-ão ou não sujeitos de direitos e deveres, tanto no universo familiar como no domínio público. (2007, p. 66)

No seio familiar acontece o início da educação do sujeito, por tratar-se do primeiro convívio do ser, desta forma, a maneira como esta conduz as experiências na vida da criança é bastante significativa. Porém, aliada à família, a escola dará continuidade a esse processo através do desenvolvimento e sistematização dos estudos e da socialização com outras pessoas, sejam crianças ou adultos/as.

Observamos que escola está inserida em uma sociedade caracterizada pela pluralidade cultural, pela desigualdade social, e como tal precisa trazer para a sua realidade as discussões sobre estes pontos, mas, em contraposição, também sabemos sobre as dificuldades que este espaço escolar enfrenta para discutir temáticas que abordem os grupos discriminados da sociedade, e assim, desde seus primórdios acaba priorizando algumas realidades e desvalorizando outras.

Compreendemos que a escola é um lugar onde as pessoas se encontram, se conhecem e constroem muito mais que simples aprendizados de conteúdos apresentados pelos professores, nela, constroem-se amizades, afetos, desgostos, momentos felizes e tristes, enfim, são construídas as relações entre todos os sujeitos ali presentes. Porém, alguns dos profissionais que trabalham na escola não têm dado importância para as relações⁸ construídas, vendo este espaço como local de transmitir meramente conteúdos.

Juntamente com as relações sociais que acontecem no ambiente escolar, inicia-se, também, a formação do pensamento de igualdade étnica que, ainda na educação infantil as crianças já se percebem diferentes, principalmente em relação à cor da pele e o tipo de cabelo.

Se estas crianças receberem mensagens positivas⁹ dos adultos acerca dos atributos físicos e demais potencialidades aprenderão a se sentir bem consigo mesmas desde criança. Também, as crianças brancas compreenderão que não são os melhores nem os únicos a ser valorizados, mas sim, os dois grupos aprenderão a considerar as diferenças como parte integrante da sociedade.

8 As relações sociais são muito importantes na vida de qualquer pessoa, uma vez que a afetividade humana se alimenta de carinho, respeito, reconhecimento e amor recebido através da amizade, da família e do casal. Naturalmente, os vínculos mais superficiais como a amizade e o companheirismo também melhoram a autoestima e a ilusão à vida das pessoas, pois todo ser humano é social por natureza, ou seja, cresce como pessoa ao compartilhar a vida em sociedade. As relações sociais são muito importantes, mas, ao mesmo tempo, são muito complexas.

⁹ Essas diferenças de hábitos e culturas considero positiva, desde que as pessoas não julguem uma as outras pela sua cor, cultura ou jeito de se vestir. Pois se as pessoas fossem todas iguais e agissem todas de um jeito característico, nosso país seria monótono. Assim acredito que uns tem que conhecer a cultura dos outros sem ter ideias preconcebidas, mas sim, tendo respeito pelas diferenças e pelos pensamentos e teses que não condizem com o nosso modo de pensar, pois certos conflitos que existem no Brasil dão-se principalmente pelo desrespeito das diferenças.

Nesse sentido, é muito difícil para uma criança afrodescendente querer se afirmar como tal, se não vê nada de positivo que possa espelhar-se na escola, por isso, a educação precisa potencializar a contribuição dos afrodescendentes para a sociedade, mostrando suas produções culturais, movimentos de luta, conquistas, enfim, apresentar para todas as crianças na escola, independente se serem afrodescendentes ou não, a riqueza desse povo.

A escola é, hoje, um microcosmo da nossa sociedade, pois tem crianças e jovens de muitas etnias, cores, culturas e nacionalidades que trazem desafios extraordinários, é, pois, necessário reconhecer a diferença como um valor e integrá-lo na ação do dia-a-dia, de forma a contribuir para uma maior qualidade no ensino e também para tornar a própria sociedade melhor.

Mas não será nessa diferença e nessa diversidade que devemos procurar, em conjunto, tornarmo-nos mais “ricos” como seres humanos? Não deveremos nos apegar nessas diferenças para aprender com elas? Sabemos que sim, ou ao menos, alguns sabem que sim.

Perante a nossa realidade, da maneira como ela está se constituindo, é urgente alertar as nossas crianças para a diferença. Prepará-las e ajudá-las a tomar consciência da desigualdade existente nos objetos, nas pessoas, nas culturas e sociedades, mas, sobretudo levar a própria criança a descobrir o aspecto positivo da diversidade, pois assim ela reconhecerá e passará a fazer a diferença.

Não é de estranhar que quanto mais cedo estiverem habituadas a ouvir, a falar e a pensar sobre as diferenças e semelhanças, mais aptas estarão a conhecer-se a si mesmas e aos outros. Quanto mais habituadas estiverem a ver exemplos das múltiplas formas de executar as mesmas atividades, mais fácil se tornará de aceitarem a variedade como normal.

Aprender a conviver significa respeito e abertura para as relações humanas, significa habilidade pessoal de permitir a aproximação e não o afastamento do outro, através da empatia, do respeito, das formas alternativas de vida, da escuta, do diálogo, do interesse, etc, tendo sempre por base o envolvimento com a diferença sem qualquer preconceito, pois, não é mais do que uma predisposição, frequentemente inconsciente, para conceber os outros como seres inferiores, menos inteligentes e capazes, mais preguiçosos, menos confiantes ou confiáveis.

Em meio a toda essa conjuntura, uma educação que assume um caráter estrutural baseado no reconhecimento do multiculturalismo como estando no bojo para a formação de cidadãos, deve perpassar pela manifestação e valorização dos diferentes sujeitos socioculturais que constroem toda a dinâmica escolar. É importante, pois, entender que a

pluralidade cultural deve ser levada em conta, por exemplo, na construção dos conteúdos, que farão parte da formação ética/social do indivíduo.

Neste sentido, é necessário construir e aplicar na prática um Currículo escolar contextualizado, voltado para a compreensão da realidade dos atores que estão envolvidos no processo educacional. Vencer qualquer forma de preconceito é imprescindível uma vez que a sociedade e a escola são dotadas de uma heterogeneidade cultural.

Com este estudo, buscamos, além das narrativas dos jovens negros, mostrar que a escola precisa explorar temas como o racismo, discriminação e o preconceito, no sentido de oportunizar esta discussão e despertar nas crianças, o contato com o contexto social plural, oportunizando-as a falar sobre essas temáticas. Acreditamos que esta deve ser um dos principais objetivos da escola, dos professores e de todos os envolvidos no processo educacional. Nesse sentido, Rodrigues afirma que esta:

Tem um significado especial para as pessoas, como espaço de transmissão dos saberes acumulados e sistematizados ao longo de tempo, pois uma de suas tarefas é a instrução e a formação de pessoas que lograram a oportunidade de frequentá-la em condições de êxito. (2007, p. 26)

Torna-se importante lembrar que, as relações sociais construídas na escola extrapolam os seus muros, podem afetar o desenvolvimento pessoal, social e psicológico das crianças e até mesmo sua participação e permanência no ambiente escolar. Dependendo da situação poderá desencadear nos grupos que sofrem com algum tipo de preconceito ou discriminação um baixo rendimento escolar, sentimentos de negatividade e inferioridade.

Chamamos de relações sociais todas as interações e ligações que se estabelecem entre as pessoas ao longo da sua vida. É inato ao ser humano relacionar-se com o outro, organizar-se em grupos e estabelecer relações, as quais são necessárias para a vida em sociedade. As relações étnicas configuram-se como aquelas em que o envolvimento entre as pessoas é influenciado diretamente pelo pertencimento étnico, preconceitos e discriminações.

No transcorrer dos estudos até aqui expressos, percebemos que, a despeito da promulgação da Lei 10.639/03, que versa sobre a necessidade em se abordar a História e Cultura Afrobrasileiras e Africanas, as ações para a sua implementação ainda estão ganhando corpo e forma em meio às instituições educacionais do país.

Com efeito, o papel do professor torna-se proeminente neste contexto em que novas abordagens emergem em relação à História e Cultura africanas e sua inegável vinculação à História do Brasil. Enquanto um agente social capaz de intervir em realidades que se

aproximam daquele quadro vislumbrado pelas letras da Lei, o professor atua, quase sempre, diretamente com o público à qual a Lei se destina e, neste sentido, suas ações se tornam essenciais no tocante não apenas à implementação da Lei 10.639/03, mas, sobretudo, em sua capacidade de perceber as transformações que a Lei almeja aferir.

De acordo com o discurso oficial, várias instituições se mobilizaram para que tais preceitos legais pudessem assentar discussão na sociedade brasileira, dentre elas estão a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), os Ministérios da Educação e Cultura. Há também a contribuição de intelectuais, dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil.

O material bibliográfico referente às questões étnico-raciais tem crescido substancialmente, inclusive com incentivo do Governo Federal para a produção de materiais didático-pedagógicos por meio de programas de ações afirmativas como, por exemplo, o UNIAFRO/MEC/SESu/SECAD/FNDE. Apesar das exigências dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2002) e das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2004), poucos trabalhos foram desenvolvidos no sentido de aplicação e abordagem efetiva da Lei Federal 10.639/03 nas salas de aulas.

Assim, a partir da ação coletiva e da reflexão dos professores e de equipes pedagógicas é que se apresentam, atualmente, diversos desafios que se colocam para a escola na contemporaneidade para serem enfrentados com seriedade e comprometimento. Ainda que esteja ocorrendo toda uma movimentação que, ao entorno da Lei, procura dar visibilidade prática aos temas voltados para a importância dos negros para a sociedade brasileira em termos históricos, os projetos pedagógicos das escolas públicas vêm ocorrendo de forma relativamente tímida.

Ações isoladas, aqui e ali, geram esperança e intentam trazer mudanças mais significativas para o tema em questão, mas é preciso o envolvimento coletivo para que o resultado a curto, médio e longo prazo seja mais satisfatório.

Um conhecimento mais adequado sobre os propósitos da Lei 10639/03 aliado a uma formação intelectual mais afeita à história das lutas dos negros no país é faz primordial, não apenas pela inclusão do tema no currículo escolar, mas por possibilitar num curto espaço de tempo que chavões, como o da “democracia racial”, possam ser superados definitivamente. Precisamos colocar em suspeição um imaginário que se tornou lugar-comum em meio aos discentes nos primeiros anos escolares que lega ao negro uma condição histórica de subalterno.

Aqui, precisamos rever as posturas adotadas por docentes em sala de aula, os materiais a serem utilizados quando da discussão de temas ligados à cultura negra e tatear, certamente, uma história que os valorize, discentes e negros, enquanto sujeitos de seus próprios atos, detentores de direitos em condições de igualdade.

O processo escolar de cada sujeito revela uma grande importância na constituição do esquema escolar de si, ou seja, a construção da sua história, da história pessoal de cada sujeito. Com boas ou más lembranças fixadas em sua memória, podendo ativar ou inibir informações de uma situação que já experimentou durante sua trajetória escolar.

Partindo desta concepção, podemos nos perguntar: Qual o impacto destas lembranças sobre o “eu” escolar destas crianças durante o processo de escolarização? E que marcas o processo escolar do aluno deixa no adulto que ele se torna?

Pensando nos lugares educativos, sejam eles orientados para uma perspectiva de desenvolvimento pessoal, cultural, de competências sociais, ou ainda, em uma perspectiva profissional, acolhem em primeiro lugar pessoas, humanos. Onde as expectativas e motivações, os posicionamentos, as ações cotidianas e as compreensões da vida e da sociedade são diversos, pois cada sujeito tem uma individualidade e esta precisa ser respeitada por todos.

Ainda refletindo e levantando questões para discussão sobre o ambiente escolar, nos remetemos sobre o multiculturalismo existente em todos os meios da sociedade e principalmente entrelaçado no ambiente escolar. A escola é uma instituição cultural, sendo assim, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como dois polos independentes, ao contrário, constituem uma teia tecida no cotidiano, com fios e nós profundamente articulados.

3.2 COMPREENSÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO NO MEIO ESCOLAR

A sociedade não é homogênea, nem estática, e assim, a escola como parte integrante desta sociedade, também não é. No espaço escolar, há uma diversidade de ideias, visões de mundo, enfim, de culturas que convivem construindo uma dinâmica fundamentada na pluralidade. Partido desse pressuposto torna-se evidente a necessidade de se investir em uma educação voltada para o respeito às diferenças, e que assuma, pois um caráter multicultural.

Sobre a temática do multiculturalismo, faço uso das discussões propostas por Canen (2007) ela afirma que os desafios do multiculturalismo, com relação à construção das identidades e das diferenças e às formas pelas quais a tensão universalismo e particularismo

são enfrentados, podem ter implicações diversas sobre os currículos e posturas multiculturais em educação. Também defende que os problemas que se apresentam, particularmente na área educacional, no mundo complexo e contemporâneo, não podem reduzir-se a olhares que fecham em campos disciplinares de fronteiras rígidas, mas sim, são exigidas respostas complexas, mestiças e híbridas, superando os congelamentos identitários e as metáforas preconceituosas, incorporando discursos múltiplos e reconhecendo a pluralidade existente nas diversas instâncias da sociedade, (CANEN; OLIVEIRA, 2002).

Atualmente, vários movimentos sociais no Brasil e no mundo têm questionado a visão homogeneizada na sociedade e reivindicam uma política de reconhecimento, tanto de suas diferenças, de suas múltiplas identidades, como de suas desvantagens e desigualdades sociais, oriundas da discriminação social de gênero, de etnia, de opção sexual e de origem regional.

Nesse sentido, é obrigação dos Estados democráticos contribuir para que os grupos que se encontrem em desvantagem possam conservar as suas culturas contra as interferências das culturas majoritárias ou de massa.

A política voltada para o reconhecimento da diferença exige que as instituições públicas não passem por cima das particularidades de cada sujeito. Afinal, existe um leque muito largo de opções para viver a vida em sociedade. E o mais interessante é quando aprendemos e compreendemos o outro, ocasião em que podemos perceber com nitidez o que somos e os valores que norteiam nossas vidas.

No contexto geral do multiculturalismo, é necessário que compreendamos que a construção do conhecimento e o currículo escolar devem estar entrelaçados e pautados na realidade dos agentes educacionais, ou seja, a escola e a cultura dos indivíduos são universais, e devem estar inter-relacionados entre si.

Abordar uma educação multiculturalista nos remete a uma série de implicações. Um dos principais desafios são o preconceito e a discriminação, uma vez falando em termos precisos, identificamos que a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e com as diferenças.

Sabemos que há uma vasta diversidade de etnias, padrões culturais e linguísticos, diferenças quanto ao gênero, no entanto prevalece entre muitos, a ideia de uma monocultura e da não aceitação do que lhe é diferente, tornando-se assim um tema de difícil rompimento.

Ainda, conforme salienta Canen (2007), reforça-se o papel do educador como pesquisador constante de sua prática. Ele deve construir no seu cotidiano perspectivas multiculturais que resultem em discursos alternativos, que valorizem as identidades, desafiem a construção dos estereótipos e recusem-se a congelamento identitário.

É importante que o educador tenha consciência dos tipos de perspectivas pelas quais o multiculturalismo pode ser compreendido, bem como os objetivos multiculturais que se deseja alcançar. Nada impede que o professor faça uso de estratégias plurais e práticas, desde aquelas vinculadas a perspectivas mais folclóricas às aquelas associadas a perspectivas mais críticas do multiculturalismo (CANEN, 2007).

O multiculturalismo é, hoje, visto como uma integração de diversas minorias numa cultura dominante, o termo minorias refere-se neste caso, a um grupo de pessoas que ao nível de características como, a raça, a cor, a etnia, o gênero, as incapacidades físicas e motoras, a idade, a orientação sexual, a nacionalidade de origem ou a religião, diferem do socialmente concebido como “normal” ou visto como “padrão”, (DASS& PARKER, 1999).

Estes, mesmos autores, ressaltam também que, mesmo fazendo parte de grupos minoritários, também para eles, a linguagem, a aparência física, as diferenças de valores e crenças, o tipo de função ou campo de especialização, e a categorização com base no estatuto econômico e social e, até, no estilo de vida podem contribuir para que certas pessoas não pertençam à cultura dominante e por isso haja alguma discriminação relativamente às mesmas.

Para Brickson, (2000) a expressão minorias designa indivíduos que pertencem a grupos de identidade com tradição de menor poder e oportunidades. Mas será que os alunos provindos dessas minorias não passam a ficar mais deslocados das suas culturas e não se tornam mais influenciáveis e mais fáceis de explorar pela sociedade de consumo onde passam a estar integrados? E será que não pode acontecer, uma vez que misturados com outra nova cultura, irem perdendo, paulatinamente, as suas próprias raízes.

É evidente que estamos nos referindo a uma sociedade que está sempre em mudança, onde novos fatores estão a surgir, deixamos de viver no nosso “cantinho” onde antigamente poucos interferiam para passarmos a viver num mundo onde devemos reaprender a coabitar em comum, de forma mais alargada e atendendo mais condignamente às nossas diversidades.

As vivências no espaço, tanto social, quanto histórico influenciam diretamente na formação de cada um de nós, seres humanos. O olhar do outro é de fundamental importância para a construção do “eu”, e assim cada um vai constituindo-se como sujeito. E essa transformação acontece significativamente no espaço escolar, onde o sujeito permanece boa parte da sua vida.

Portanto, precisamos pensar em uma escola que garanta, não apenas o acesso, mas acima de tudo, a permanência, sucesso e acolhimento para todas as pessoas, inclusive às que

pertencem aos grupos excluídos e minoritários, oportunizando a construção de relações menos conflituosas e favorecendo um ambiente em que todos se sintam valorizados.

Vendo os quadros discriminatórios que ainda acontecem na escola nos incomodam bastante, são considerados atemporais, pois há anos a realidade é a mesma, o que nos incomoda ainda mais, sensibilizando-nos a buscar alternativas para que ocorra uma mudança, um redimensionamento no contexto escolar, no que se diz respeito a esses quadros, buscando conscientizar todo o elenco escolar da importância da discussão e esclarecimentos sobre esse assunto, que passa cotidianamente despercebida por todos.

A “luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador/a, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política” (BRASIL, 2004, p. 16).

Assim, dialogando, compreendendo, percebendo as situações de preconceito étnico nos estimulam ainda mais a trabalhar com a questão da diversidade na escola. Esta abordagem é uma decisão ousada e difícil, mas continuamos tentando, pois como nos ressalta a citação, é tarefa de todo educador, portanto é nosso dever.

Como fazer isso em meio a uma diversidade tão grande? Aqui reside o desafio. Nenhum de nós tem as respostas, até porque ela está sendo construída. Mas já aprendemos que é fundamental considerar as diferenças e as desigualdades; dar prioridade aos fatores sociais e culturais, se pretendermos construir uma proposta curricular mais próxima da realidade.

Sendo a escola, por excelência, um local de socialização, o professor deve ir assumindo gradualmente o papel de mediador, dando aos alunos a oportunidade de constituírem as suas aprendizagens.

Moreira sugere no nosso papel de professores, três aspectos importantes a desenvolver na prática pedagógica, perante a diversidade cultural:

1º - que nos voltemos tanto para dentro, para a prática, como para fora, para as condições sociais e culturais em que a prática se desenvolve e contribui para a formação das identidades docentes e discentes;

2º - que questionemos tanto as desigualdades como as diferenças identitárias presentes na sala de aula, buscando compreender e desequilibrar as relações de poder nelas envolvidas;

3º - que estimulemos a reflexão coletiva, propiciando a formação de grupos de discussão e de aprendizagem nas escolas, por meio dos quais os professores apoiem e sustentem os esforços de crescimento uns dos outros, bem como articulações entre diferentes escolas, entre as escolas e a universidade, entre as escolas e distintos grupos da comunidade. A ideia é que o professor reflexivo preserve a preocupação com os aspectos políticos, sociais e culturais em que se insere sua prática, leve em conta todos os silêncios e todas as discriminações que se manifestam na sala de aula, bem como amplie o espaço de discussão de sua atuação. (2001, p. 49)

Deve haver sempre uma intenção pedagógica onde as aprendizagens sejam significativas e motivadoras, que deem sentido à vida de todos, o que irá desenvolver nos alunos uma consciência de tranquilidade e valorização. Fala-se hoje, também com alguma insistência, no papel de professor pesquisador, que no entender de Freire:

O que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (2000, p.33)

Para que se consiga uma real efetivação dos conhecimentos e das práticas educativas, o professor deverá desenvolver um olhar “multiculturalista”, ou seja, procurar questionar os valores e os preconceitos, trazer para a sua sala de aula, a preocupação com as diferenças culturais, sensibilizar-se para problemas de deficiência física ou diferença étnica, social, religiosa, etc. Esforçando-se para criar um ambiente participativo e interativo entre a escola, a família e a própria comunidade e desenvolver projetos que contem com o envolvimento dos seus alunos de forma a contribuir para o desenvolvimento pessoal e social destes.

Inserida na prática pedagógica o professor, deverá, ainda, apresentar tarefas de modo relevante, promovendo a autonomia e independência dos seus alunos, fomentando a aquisição de métodos de estudo, hábitos de pesquisa e organização da informação, com recurso a diferentes instrumentos, instigando na criança o sentimento de competência que é muito importante para a sua autoestima, encorajando-a e valorizando sempre o seu trabalho, desenvolvendo e fortalecendo, assim, a sua motivação.

Pois, assim como Tiba, acredito que,

Quem ensina pode dar muito amor, carinho e respeito, ensinar a tolerância, solidariedade, cidadania e exigir reciprocidade... Pois é de tudo isso que se compõe a autoestima. É sobre a autoestima que repousa a alma e é nesta paz que reside a felicidade. (2001, p. 1)

Concordo com Tiba (2001), quando afirma que este deverá ser o verdadeiro papel de um professor, que não se devem restringir a expor as suas ideias e conhecimentos, deve, antes, ser aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o seu saber, guiando-os, mas nunca os modelando. Porque não basta transmitir informações ou conceitos, mas sim, apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, contextualizando-os de tal modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre as suas soluções e outras interrogações.

Levando em conta todos os fatores apresentados e discutidos acima, compreendemos que eles são os principais responsáveis pela valorização de si, pela conquista da autonomia, do diálogo, da parceria, da solidariedade coletiva. Dimensionar a prática mediante uma perspectiva interdisciplinar e transversal, pois a solução de muitos problemas passa pela via da responsabilidade do compromisso e da conscientização.

Portanto, como diz o autor Moacir Gadotti: “A escola que nega a cultura do povo, nega também o povo”.

E assim, podemos concluir que o desafio principal da escola, enquanto instituição formadora e responsável pela disseminação da cidadania deva em sua essência inicial a propagação de outras formas de relacionamento pessoal e interpessoal por meio da interação do trabalho educativo e das questões sociais, posicionando crítica e responsavelmente frente a todas as ações.

4. DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Considero que o caminho deve ser delineado pelo próprio percurso que estamos traçando, pois assim, buscar desvendar e revelar o que realmente faça significado e sentido nesta caminhada, no momento da pesquisa.

Em relação a esta dissertação, os caminhos são delineados, primeiramente, por meio das leituras, diálogos e reflexões que tomamos como base e direcionamento para a realização deste trabalho. Por meio desta fase inicial e exploratória, que é a escolha do tema de pesquisa e algum embasamento bibliográfico, podemos entender que em diversos aspectos como a pobreza, etnia, gênero e a integração social, tem sido um dos temas predominantes em destaque nos discursos educacionais brasileiros, integrando os direitos da cidadania, e levando diversos acadêmicos a se interessar e aprofundar suas pesquisas em torno destes temas.

Neste cenário bibliográfico, torna-se necessária, a realização de um levantamento bibliográfico sobre a temática, considerando o conhecimento mais aprofundado das Bases Legais, um breve histórico de lutas e conquistas, o quadro de desigualdade étnica que atinge as instâncias educacionais brasileiras, situação que atinge de forma singular e definitiva uma parcela da população: os afrodescendentes.

Com o desenvolvimento deste estudo vejo o compromisso que devemos ter em busca de estratégias para o fortalecimento da democracia, principalmente na área da educação referente ao preconceito as pessoas pertencentes à origem africana. Tentando mostrar a necessidade de encontrarmos, coletivamente, saídas de superação da desigualdade social e étnica em todo país.

Nesta perspectiva, a intencionalidade da pesquisa ancora-se e nos ajuda a refletir sobre os seguintes questionamentos:

- A diversidade cultural presente na sala de aula, não será ela própria um fator de enriquecimento no desenvolvimento dos alunos? Acredito que sim, porém esta diversidade deveria ser abordada sempre, ou seja, deveria estar inserido no currículo da escola em todos os espaços, sendo visto de forma positiva por professores e alunos.

- Será que a atitude, prática e formação do professor serão fatores que podem facilitar ou mesmo condicionar a integração desses alunos? Com certeza, pois uma boa formação dos professores concede uma boa aula, com conhecimentos adequados sobre o tema. A prática também insere os alunos de forma positiva, e vai construindo valores muito mais significativos e relevantes.

- E a implementação de projetos pedagógicos ajudará na inclusão de alunos de diferentes etnias no contexto escolar? Se os projetos forem desenvolvidos de forma prática, com valores direcionados para a inclusão e o reconhecimento das diferenças, buscando a participação e envolvimento de todos, acredito sim, que os projetos poderão ter uma boa efetividade no contexto escolar.

- Quais as formas mais básicas que a escola, enquanto instituição de formação de valores pode adotar e executar visando à valorização da sua diversidade? Primeiramente, acredito que jamais uma instituição escolar deverá adotar valores de diferenciação de etnias, culturas, sociais, onde ela elege ou afirma uma como sendo melhor que outra. Ou seja, se a escola sempre abordou as diferenças, relacionado à etnia, sendo valorizada, ela estará formando identidades de sujeitos diferentes em seu pertencimento étnico, mas iguais e relação aos direitos e deveres.

Todas estas questões nos remetem a pensar no cotidiano e no dia a dia das salas de aula, ambiente central da nossa discussão.

Partindo da hipótese de que os significados que surgirão a partir das narrativas dos sujeitos da pesquisa, trarão muitas evidências para proporcionar reflexões valiosas e construtivas, relacionadas às vivências pessoais e ao processo de escolarização, juntamente ao objetivo da pesquisa, que é enfatizar as conquistas, dificuldades, discriminações (se houver), as relações sociais, enfim, aspectos que cada sujeito elencará como fundamental durante seu processo escolar.

Esclareço aqui, minha opção em tratar os dados aqui propostos sob a perspectiva das Histórias de Vida, percorrendo os recursos metodológicos das (auto)biografias para produzir e tratar a presente pesquisa.

Assim, fazendo uso do método (Auto)biográfico, que permitem obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa. Se quisermos saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria voz da pessoa.

Este método utiliza-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador, no caso da desta pesquisa, sobre a escolarização.

Dominicé em uma de suas reflexões sobre o uso das Histórias de Vida esclarece bem esta concepção, afirmando que,

A história de vida é outra maneira de considerar a educação. Já não se trata de aproximar a educação da vida, como nas perspectivas da educação nova ou da pedagogia ativa, mas de considerar a vida como o espaço de formação. A história de vida passa pela família. É marcada pela escola. Orienta-se para uma formação profissional, e em consequência beneficia de tempos de formação contínua. A educação é assim feita de momentos que só adquirem o seu sentido na história de uma vida. (1988, p. 140)

Com base em todas as reflexões sobre escola, preconceito, diversidade, sociedade, esta pesquisa que contempla o uso das Histórias de Vida, trabalhando mais profundamente com a (Auto)biografia, pois buscamos nos inserir no ambiente das escolas em busca de compreensões do que acontece na prática. Se existe o preconceito, nada melhor e mais correto do que darmos voz e vez aos sujeitos que estão sofrendo diretamente com estas ações.

Quando me vejo ligada a temática de minha pesquisa, sendo que ela já faz parte da minha caminhada, pergunto-me até que ponto sou pesquisadora de mim e do outro, pois como já questionou Eggert (2004), “Quem pesquisa se pesquisa?”. Como já havia descrito, busco compreender e propiciar uma maior visibilidade dos processos escolares de sujeitos afrodescendentes.

É o que nos toca em relação às aprendizagens que construímos ao longo da vida, juntamente com nossa própria caminhada de praticas e experiências, que tomo a iniciativa de mergulhar nesta pesquisa, na essência de assumir o papel de pesquisadora, como parte constituinte do meu processo de aprendizagem, não apenas profissional, mas sim, uma satisfação pessoal de poder contribuir com as pesquisas na área da educação.

4.1 PESQUISA QUALITATIVA E HISTÓRIAS DE VIDA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que “objetiva compreender e interpretar os significados construídos pelos sujeitos” (TAYLOR; BOGDAN, 1987). Ao pensarmos sobre as narrativas das participantes e, também, ao estruturamos o estudo, utilizamos a metodologia das Histórias de Vida e como instrumento, as narrativas (auto)biográficas, que nos ajuda a compreender a constituição pessoal das participantes.

Nas narrativas (auto)biográficas, encontramos subsídios para percebermos os sujeitos como um todo, pois olhamos o passado e (res)significamos esses momentos, buscando vestígios do que as constituiu e do que a tornou a pessoa que é hoje.

Visto que, acredito serem as Histórias de Vida o caminho metodológico mais oportuno e adequado para desenvolver o problema de pesquisa que trago para neste estudo qualitativo. Escolhi o método das narrativas (auto)biográficas para realiza a investigação do meu objetivo com esta pesquisa.

A História de Vida, juntamente com as narrativas (auto)biográficas, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, recuperando experiências de vida obtidas através de conversas com pessoas, por meio de entrevistas que, ao focalizarem lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória de um grupo social, de um sujeito na pesquisa, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas.

Nesta opção metodológica, a fonte é sempre uma invocação à memória, reconstruindo um passado pela perspectiva do presente e marcado pelo social. Assim, é preciso entendê-la numa perspectiva que vai além de um relato de fatos, uma maneira de se chegar ao conhecimento de fatos vivenciados num dado momento histórico em que somente documentos escritos não poderiam revelar por si só todos os sentidos presentes num determinado meio social.

Para Meihy (1996, p. 10) as narrativas (auto) biográficas são uma “percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado”. Neste sentido, também Chartier (2002, p. 84) refere-se às narrativas como uma singularidade da história, pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, pois as construções narrativas pretendem ser “a reconstituição de um passado que existiu”.

Esta pesquisa se desenvolve em uma perspectiva qualitativa e assim, concordo com Minayo (2012) quando ele se refere ao verbo *compreender*, como sendo a principal ação em uma pesquisa qualitativa, em que questões como a singularidade do indivíduo, sua experiência, vivência no âmbito de grupo e da coletividade ao qual pertence, são fundamentais para contextualizar a realidade na qual está inserido.

Nesse sentido, a buscar em tentar responder questões, em um determinado contexto espaço-temporal ou histórico- social, as pesquisas qualitativas, não podem ser generalizáveis. Isso não significa que, sejam pouco objetivas, pouco rigorosas ou sem credibilidade científica, mas sim que abordam e tratam os fenômenos de cada pesquisa de forma única, de acordo com suas exigências.

A realidade cotidiana é percebida por cada um de nós de um modo muito particular, damos sentido às situações por meio do nosso universo de crenças, elaborados a partir das

vivências, valores e papéis culturais inerentes ao grupo social a que pertencemos. As representações nos permitem decodificar e interpretar as situações que estamos inseridos.

Os nossos filtros interpretativos nos permitem apropriarmo-nos dessa realidade e agirmos sobre ela utilizando, por vezes, modelos que antecipam o comportamento dos outros. E assim vamos construindo um percurso individual feito de cruzamentos de histórias que vivemos ou que ouvimos contar.

Neste sentido, algo que vai se revelando fortemente durante as leituras é o contato com diferentes fontes teóricas, dando mais visibilidade e potencialidade as Histórias de Vida e seus enunciados. Uma grande surpresa revelada mediante leituras foi minha identificação em torno das Histórias de Vida, revelado por, Nóvoa que

“... As Histórias de Vida e o método (auto) biográfico integram-se no movimento atual que procura repesar as questões da formação, acentuando a ideia que ninguém forma ninguém e que a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida” (1988, p. 116).

Quando mais mergulhei nas referidas leituras, mais encontrei e acreditei no sentido da relevância para os conhecimentos produzidos nesta pesquisa.

Sabendo que a abordagem metodológica da pesquisa de natureza qualitativa busca a valorização do processo de ocorrência dos fenômenos e sua interpretação, permitindo descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, como é o caso deste estudo no que tange as relações sociais que são construídas na escola pelos jovens afrodescendentes.

Através de estudos, podemos compreender que a pesquisa qualitativa surge nas investigações, principalmente, de cunho social, com o intuito de penetrar nos fenômenos, compreendendo-os não somente na sua dimensão objetiva, mas, sobretudo na sua dimensão subjetiva, pois os fenômenos sociais referem-se a pessoas, seres que pensam, sentem, agem de forma racional.

A presente investigação consiste em um estudo qualitativo que, segundo Richardson (1999, p.90) “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

A pesquisa qualitativa se empenha em mostrar a complexidade e as contradições existentes nos fenômenos, bem como a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais. Esta pesquisa busca valorizar os aspectos qualitativos, que expõem a complexidade da vida humana, procurando evidenciar significados ignorados na

vida social. Assim, parte do fundamento de haver uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, expressa-se no vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTI, 2001).

Pesquisar qualitativamente é responder a questões muito particulares. É trabalhar com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007). Pode-se dizer que esta perspectiva supera os limites das análises quantitativas, pois revelam a dimensão dos fenômenos, mas não dão visibilidade à vivência dos sujeitos.

Dentro desta mesma reflexão, percebemos a necessidade de considerar os sujeitos participantes da pesquisa, pois como estamos trabalhando em um estudo qualitativo, não é nosso objetivo atingir um elevado número de participantes, mas sim, realizar uma análise detalhada e profunda, referente aos dados que serão coletados durante as narrativas.

Compreendemos neste estudo que para uma pesquisa com a nossa temática, a melhor tipologia de investigação é a qualitativa, por demonstrar a necessidade da compreensão de aspectos subjetivos, relacionais, conjunturais, o que somente com números não pode ser decifrado.

Neste ponto da dissertação, discorro acerca da minha opção em tratar os dados aqui dispostos sob a perspectiva das Histórias de Vida, recorrendo aos recursos metodológicos das (Auto)biografias para produzi-los e tratá-los.

Remeto-me a Denise Paraná quando sugere que um método como esse, possibilita uma abordagem histórica muito mais democrática, além de oferecer flexibilidade ímpar, considerando a promoção da capacidade de dominar a evidência humana exatamente onde ela é necessária. Trata-se de uma tentativa de oferecer escuta e, ainda mais, “de dar voz àqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” (PARANÁ, 1996, p. 317).

Este método se inicia a partir do desejo do participante em contar sua vida. Pede-se ao sujeito que conte sua história, como achar melhor – nos moldes de entrevista não-estruturada ou com apenas um direcionamento. Este sujeito vai ser escolhido a partir das relações já desenvolvidas pelo pesquisador no contexto, de acordo com seu desejo de participar. É a partir da relação que vai sendo estabelecida – o vínculo, a confiança, a construção de sentidos

Assim, busquei quatro participantes que tiveram sua escolarização na escola pública, a fim de compreender, através das suas narrativas, as potencialidades, sua subjetividade em relação ao outro (ALBERTI, 2004) os caminhos e experiências, no meio social, mas

principalmente no processo escolar. Esta compreensão não dá apenas a ouvir, mas a olhar, a perceber o que está querendo ser dito, também, através das manifestações corporais, olhares, ansiedades.

Pois como afirma Kenski, (1993, p.108) “Os gestos, expressões faciais, o comportamento emocionado do narrador, choro, riso, movimento do corpo enquanto fala, são muitas vezes pontos importantes, através dos quais o narrador diz muito mais do que está sendo expresso nas palavras”.

As leituras de Abrahão (2004) nos revelam que a História de Vida desencadeia um conjunto de reflexões capaz de despertar sentimentos e motivar tomadas de iniciativa na vida da própria pessoa que narra. Assim, explica que:

A história de vida narra-nos a viagem ao longo da existência individual. Insere o ser biológico nos contextos físicos e socioculturais e reconhece a sua interatividade. Revela-nos o que aconteceu e o que, dos acontecimentos, se reteve. Dá visibilidade à personalidade da pessoa em foco, manifesta os seus anseios, as suas realizações. Mas também as suas frustrações. Revelam ideais e valores. Como todos sabem é bem menos frequente que sejam desocultados os fracassos como se esses tivessem sido apagados da memória ou impedidos de se manifestarem. (ABRAHÃO, 2004, p. 9).

Desta forma, a metodologia da História de Vida, na modalidade (Auto) biografias, se caracteriza por ser uma percepção do passado, mas que ao mesmo tempo responde a questões do presente. Além disso, podemos através deste processo evidenciar as experiências de “pessoas comuns” nas relações coletivas em que ela se insere na sociedade nos dias atuais.

Prioritariamente, nas pesquisas na área de educação aborda-se a História de Vida, mais especificamente, o método (Auto)biográfico, como movimentos de investigação. São diversas as terminologias que designam a investigação no campo da abordagem História de Vida.

O entendimento construído sobre a História de Vida como um relato oral ou escrito, recolhido através de entrevista ou de diários pessoais, objetiva compreender uma vida, ou parte dela, como possível para desvelar e/ou reconstituir processos históricos vividos pelos sujeitos em diferentes contextos, bem como neste estudo, no ambiente escolar.

A partir de Pineau (1999) compreendemos claramente a diferenciação terminológica entre biografia e (auto) biografia, o qual descreve no seu texto “Experiências de Aprendizagem e Histórias de Vida”. Esta diferenciação apresentada pelo autor evidencia quatro categorias: “a biografia, a (auto) biografia, os relatos orais e as histórias de vida.”

Desta classificação destaco os seguintes conceitos: a “*biografia*” “como escrito da vida do outro” (PINEAU, 1999, p. 343) inscreve-se numa abordagem denominada como

abordagem biográfica; Pierre Dominicé (1996) define como “*biografia educativa*,” por fazer entrada na trajetória educativa dos sujeitos; Christine Josso (1991) reconhece como “*biografia formativa*,” pressupondo que o sujeito não pode entender o sentido da auto formação se não perceber as lógicas de apropriação e transmissão de saberes que viveu ao longo da vida, através de suas aprendizagens pela experiência.

Já a “*(auto)biografia*” expressa o “escrito da própria vida” (JOSSO, 1991, p. 343), caracterizando-se como oposta à biografia, porque o sujeito desloca-se numa análise entre o papel vivido de ator e autor de suas próprias experiências, sem que haja uma mediação externa de outros.

Afirma o referido autor que

“O seu peso etimológico, que privilegia a escrita e um investimento pessoal que pode ser exclusivo, fizeram com que eu o abandonasse pelo conceito mais novo de história de vida, dirigindo a construção de um sentido temporal sem privilegiar o meio social e material em construção.” (JOSSO, 1991, p. 343).

Esta abordagem da História de Vida constitui uma estratégia adequada e fértil para ampliar a compreensão do mundo escolar e de práticas culturais do cotidiano dos sujeitos em processo. Assim, para Nóvoa, “[...] as histórias de vida e o método (auto) biográfico integram-se no movimento atual que procura repensar as questões da formação, acentuando a ideia que ‘ninguém forma ninguém’ e que ‘a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida’ [...]” (1988, p. 116).

Compreendemos narrativas (auto) biográficas como espaço de reflexão sobre si. Esta escrita remete o sujeito para uma dimensão de “auto-escuta de si mesmo, como se estivesse contando para si próprio suas experiências e aprendizagens que construiu ao longo da vida, através do conhecimento de si” (SOUZA, 2012, p. 75).

As Histórias de Vida revelam-se pertinente para a auto compreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de conhecimento de si e dos significados que atribuímos aos diferentes fenômenos que mobilizam e tecem a nossa vida individual e coletiva.

Nesse sentido, proponho um olhar delicado neste processo investigativo, buscando conhecer minha própria trajetória, bem como, propiciar uma maior visibilidade ao processo de escolarização dos sujeitos negros.

Foi no decorrer de muitos estudos e reflexões que compreendo o quanto a proposta de estudo está imbricada com as Histórias de Vida, principalmente, por estar pensando na

constituição do processo individual da escolarização de cada sujeito que foi convidado a participar deste estudo, ou seja, por estar pensando o processo da sua formação escolar.

Embora participar assiduamente nos encontros do grupo de pesquisa “Povo de Clio”, que aborda e utiliza-se dos estudos de Histórias de Vida em suas pesquisas, tive também a oportunidade de participar de alguns encontros do Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica, que busca aprofundar a discussão acerca da importante via teórico-metodológico da investigação científica com fontes biográficas e (Auto)biográficas e propiciar maior visibilidade à diversidade de objetos e objetivos de pesquisa. Também busca dar o primeiro impulso para criar e consolidar uma rede de pesquisa que reunisse pesquisadores de diversos países e do Brasil que laboram com essa tradição de pesquisa, individualmente ou com seus grupos.

Neste Congresso tive a oportunidade de conhecer diversos autores que trabalham com esta metodologia e aprofundar minhas leituras e estudos pelos materiais disponibilizados.

Souza nos apresenta que,

“A utilização do termo Histórias de Vida corresponde a uma denominação genérica em formação e em investigação, visto que se revela como pertinente para a auto compreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de conhecimento de si e dos significados que atribuímos aos diferentes fenômenos que mobilizam e tecem a nossa vida individual/coletiva”. (2012, p. 139)

É no que toca as aprendizagens e vivências que construímos ao longo da nossa vida que tomo esse processo de imersão na pesquisa, especificando as narrativas mais para o processo da escolarização.

Nos anos de 1990, as pesquisas acadêmicas têm considerado as memórias, lembranças, relatos de vida, biografias, histórias de vida, narrativas memorialísticas e os ensaios (Auto)biográficos como algo importante, com enfoque científico. Evidenciam-se assim, uma visão de pesquisa centrada no sujeito enquanto produtor de conhecimento (André, 2006).

Tomar as narrativas (Auto)biográficas como corpus/objetos de investigação é compreender que a narrativa é uma forma pela qual os seres humanos experimentam o mundo. Aqui, narrativa é a forma através da qual o sujeito é capaz de significar sua existência narrativamente, de forma simbólica, a partir da ordenação dos fatos experienciados, pois “[...] as formas simbólicas são processos culturais que articulam toda a experiência.” (RICOEUR, 1994, p. 92).

As narrativas (auto)biográficas possibilitam o ato de reflexão do eu: ator, narrador e espectador de experiências que permitem momentos para além da mera observação, interpretando e interagindo com sujeitos de diferente espaço e tempo.

Nesse processo, o método (auto)biográfico toma corpo e distingue-se por ser uma metodologia baseada na narração em que situa a própria história do sujeito, “tratando-se de uma metodologia de pesquisa e de formação orientada por um projeto de conhecimento coletivo e individual, associado a um processo de formação existencialmente individualizado” (JOSSO, 2004, p.85).

O método autobiográfico reconhece tanto os saberes formais externos aos sujeitos, quanto os saberes subjetivos e não formalizados que as pessoas transportam consigo, os quais são tecidos nas suas experiências de vida em diferentes contextos socioculturais (DELORY-MOMBERGER, 2008).

Compartilhamos com a ideia de Nóvoa e Finger (2010), ao afirmarem que uma das principais qualidades do método (auto)biográfico está em conceder uma atenção particular aos sujeitos e, assim, o respeito pelos seus processos pessoais que os formam.

Ao falar sobre a importância dos métodos (auto)biográficos e das histórias de vida, Pierre Dominicé (1988, 1990), António Nóvoa (1988, 1992) e Christine Josso (2004) têm chamado a atenção para a falta de uma teoria da formação dos adultos. Essa lacuna, segundo eles, deixa evidente que uma das dificuldades de se elaborar uma teoria dessa natureza reside, principalmente, na incapacidade de se pensar a educação dos adultos fora de uma perspectiva de “progresso” ou de “desenvolvimento”. O sujeito tem, simultaneamente, uma visão retrospectiva e prospectiva.

Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida tendo como metodologia a história Oral e o público-alvo foi constituído de três (3) mulheres negras, que tiveram seu processo de escolarização em escolas Municipais e/ou Estaduais. Enfoca-se o fato de três (3) participantes ser um número significativo, no meu parecer, procurando responder aos princípios da pesquisa qualitativa, pois se acredita estar primando pela profundidade dos dados coletados e das análises feitas, o que vai além do número de participantes.

Para a escolha dos participantes, usamos dois critérios básicos: a) Ter cursado o ensino básico em escola pública; b) Auto identificar-se como afrodescendente. Sendo que a seleção dos participantes foi mediante conversas informais com pessoas conhecidas, por indicações e uma por ser colega de trabalho.

Ao estar com o embasamento teórico pronto e qualificado, realizei alguns ajustes e iniciei meu contato com os sujeitos que inicialmente toparam em participar das entrevistas.

No primeiro encontro me apresentei contei um pouco da minha história, das minhas pesquisas na área da educação em torno do tema da diversidade, da participação do grupo de pesquisa, apresentei meu trabalho, os objetivos que me levam a estar buscando elas e em meio ao diálogo convide-as a participar como sujeitas de pesquisa.

Expliquei todo o processo da pesquisa, esclareci dúvidas que surgiram em meio a conversa (se teriam que se identificar, se seria publicado, se elas teriam algum retorno deste material), procurando ser muito atenciosa, tendo uma boa relação com as meninas.

Quando realizei esta apresentação inicial pela primeira vez, eu tinha a confirmação de quatro (4) mulheres e um (1) homem. Porém, como corre o risco de todas as pesquisas, no contato seguinte dois (2) voluntários não queriam mais participar, pois diziam não estar preparados.

4.2 O MÉTODO AUTO (BIOGRÁFICO): ENTREVISTAS NARRATIVAS

As entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando à profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem das histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (estudantes) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Tendo como base a ideia de reconstruir acontecimentos sociais a partir do ponto de vista dos informantes, a influência do entrevistador nas narrativas deve ser mínima.

A comunicação cotidiana de contar e escutar histórias, ainda alerta para a importância de o entrevistador utilizar apenas a linguagem que o informante emprega sem impor qualquer outra forma, já que o método pressupõe que a perspectiva do informante se revela melhor ao usar sua linguagem espontânea.

Desse modo, há nas entrevistas narrativas uma importante característica colaborativa, uma vez que a história emerge a partir da interação, da troca, do diálogo entre entrevistador e participantes.

A narrativa, portanto, pode suscitar nos ouvintes diversos estados emocionais, tem a característica de sensibilizar e fazer o ouvinte assimilar as experiências de acordo com as suas próprias, evitando explicações e abrindo-se para diferentes possibilidades de interpretação. Interpretação não no sentido lógico de analisar de fora, como observador neutro, mas interpretação que envolve a experiência do pesquisador e do pesquisado no momento da entrevista e as experiências anteriores de ambos.

A forma oral de se comunicar re-significa o tempo vivido, as coisas da vida, e concomitantemente a ela, emerge o passado histórico das pessoas a partir de suas próprias palavras. Assim uma das funções da entrevista narrativa é contribuir com a construção histórica da realidade e a partir do relato de fatos do passado, promover o futuro, pois no passado há também o potencial de projetar o futuro.

Nas entrevistas narrativas consideramos que nossa memória é seletiva, lembramos daquilo que “podemos” e alguns eventos são esquecidos deliberadamente ou inconscientemente. Nessa perspectiva, o importante é o que a pessoa registrou de sua história, o que viveu o que é real para ela e não os fatos em si.

Compreendemos que as narrativas, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não está aberta a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio histórico.

É importante, ainda, que o pesquisador acolha bem o informante e tenha uma escuta comprometida que permite obter pistas para captar a senha que é o portal de acesso ao informante. Assim, para obter bons resultados o pesquisador deve ter uma grande capacidade de interação com o outro, uma disponibilidade psicológica para ouvir e habilidades de escrever as experiências analisadas.

Um dos principais objetivos das entrevistas narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes.

De acordo com o embasamento teórico citado acima sobre o método (auto)biográfico, foram realizados os encontros para a coleta dos dados. O primeiro contato desta pesquisa iniciou-se mediante diálogos com pessoas de origem afrodescendente que tiveram sua escolarização em escolas públicas do Rio Grande do Sul. Inicialmente, busquei informações bem básicas e indicações aleatórias de pessoas afrodescendentes que se disponibilizassem a conversar sem qualquer compromisso sobre a presente pesquisa.

A partir de indicações de colegas e amigos fui me aproximando destas pessoas, para dialogar e lhes apresentar uma síntese da pesquisa e eu pudesse sentir as suas primeiras impressões. A partir das primeiras conversas muitos sujeitos relataram se sentir inseguros em participar, então os deixei bem à vontade, caso gostariam de participar ou não.

Durante os próximos encontros expliquei que eu teria que ter a autorização deles, para que a sua participação pudesse acontecer de forma responsável e correta. Nesta autorização constam esclarecimentos que abrangem pesquisador e participante, deixando-os a par de todos

os passos da pesquisa e os resultados produzidos. No início das conversas havia quatro (4) pessoas interessadas em participar das entrevistas, mas ao final restaram apenas três (3) mulheres.

A fim de não parecer pressionar os estudantes, solicitei para que, se caso, interessassem em participar, me retornassem assim que tivessem alguma decisão. A procura pelos sujeitos da pesquisa se efetivou a partir do 2º ano de curso do mestrado, sendo que as entrevistas se efetivaram após a qualificação da dissertação.

A escrita e os estudos bibliográficos iniciaram-se desde o ingresso no curso, porém intensificaram-se no semestre destinado a elaboração da pesquisa. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados para a formulação da pesquisa, além do levantamento bibliográfico necessário para qualquer investigação, as narrativas autobiográficas, formando assim, o corpus qualitativo de informações, pertinente ao desenvolvimento do problema de pesquisa.

O levantamento bibliográfico consiste, de acordo com Gil (2007, p. 44) na “análise das diversas posições acerca de um problema”, ou seja, buscam-se materiais já elaborados como obras, livros, artigos, entre outros, que contenham as informações necessárias para formulação na pesquisa, dos capítulos teóricos.

Cabe salientar que no momento das entrevistas, toda bagagem já construída pelo pesquisador não deve influenciar na fidelidade aos dados colhidos. Ou seja, por mais que o pesquisador possua determinado posicionamento, os dados utilizados na pesquisa devem ser abordados tal e qual foram colhidos no processo.

Um aspecto fundamental na pesquisa qualitativa é a presença do diálogo entre pesquisador e pesquisados, pois favorece o surgimento de um clima de segurança, interesse, confiança que propiciem níveis de produção de informação espontânea da vida cotidiana, e foi assim que conheceram os encontros, construímos uma amizade em torno da pesquisa, o que enriqueceu ainda mais esta escrita.

A flexibilidade possibilita ao pesquisador redimensionar o seu plano de trabalho, ajustar o foco da pesquisa, rever as técnicas de coleta de dados e repensar os pressupostos teóricos. Nesse sentido, busquei ser flexível e sensível no ato de pesquisar, por compreender que o uso da sensibilidade no momento dos encontros, da recolha dos dados e da análise dos dados significa muito mais que apenas um simples ato de pesquisar e sim um reconhecimento que estou dialogando com seres humanos.

Destaco Portelli (1996, p. 1) quando explicita que “[...] o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos”. A

constatação exige refletir com que repertórios e subjetivações as professoras migrantes produzem lembranças da vida nos lugares de destino.

O último encontro marcado com os entrevistados foi para a realização das entrevistas, que aconteceram em um ambiente reservado, silencioso, bem arejado, no qual conversamos sobre variados temas, em um clima de amizade e confiança. Foram 3 participantes da pesquisa, todas mulheres, com idade entre 20 e 35 anos, que tiveram seu processo de escolarização em escolas públicas.

No contexto em que se delineiam as histórias de vida dessas participantes trabalhadoras, destacaram-se a origem humilde, precárias condições de vida dos pais, oriundas do trabalho braçal, pouca ou incompleta escolarização e baixa qualificação profissional.

As entrevistas foram gravadas em áudio, através do uso de um celular, e transcritas na íntegra para a realização das análises. Durante as entrevistas, deixei os voluntários bem a vontade, explicando que não faria interrupções. Algumas narrativas ficaram bem sintetizadas, porém respeitei a colocação dos participantes. Todas elas ficaram bem compreensíveis, podendo nos dar suporte para a realização das análises com tranquilidade.

Como apontam estudos de Dominicé (2010, p.92), por meio da escrita autobiográfica é possível fazer um panorama dos percursos de vida, assim como destacar os momentos que foram significativos para a formação de cada sujeito. Porém, o autor lembra que “não é o acontecimento em si que interessa, mas sim a importância que o sujeito lhe atribui na regulação do seu percurso de vida”.

5. ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Como se trata de uma metodologia bastante flexível, não há imposição de procedimentos específicos para se realizar a análise de dados. O procedimento básico, porém, consiste em identificar a partir da transcrição das entrevistas os conteúdos ou tópicos mais frequentes que emergem do discurso dos entrevistados, os quais serão posteriormente agrupados em categorias de análise ou núcleos temáticos.

Essas categorias de análise, entretanto, não são, como em métodos mais diretos, preestabelecidas pelo pesquisador; ao contrário, emergem, naturalmente, da dinâmica estabelecida no processo de análise dos depoimentos sendo, posteriormente, interpretadas à luz do referencial teórico escolhido. É interessante observar que, por vezes, o próprio referencial teórico adotado pelo pesquisador se transforma em função da análise dos depoimentos.

Desta forma, partindo das diversidades dos relatos e das variações individuais, o pesquisador pode sempre (e é nisso justamente que consiste a sua tarefa) encontrar... um núcleo fixo, um fio condutor... que caracteriza o grupo ao qual pertencem os sujeitos ... O indivíduo existe e desenvolve sua identidade pessoal enquanto parte de um grupo de referência. É, portanto, através do relato de histórias de vida individuais que se pode caracterizar a prática social de um grupo. (GLAT, 1989, p. 30- 31)

Ou seja, ainda que os depoimentos recolhidos sejam individualizados, centrados nas experiências pessoais de cada sujeito, ou até mesmo idealizados, eles se constituem em uma expressão de identidade, e como tal representam relatos das práticas sociais, valores e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence (MULLER; GLAT, 1999).

Também é importante mencionar aqui, que o pesquisador, quando assume um determinado tema para estudo, necessita de algum conhecimento sobre o assunto. Nesse sentido, a produção escrita é uma atividade para constituir pensamentos próprios, argumentos originais, movimento que vai dos textos ao contexto, do inconsciente ao consciente.

Além disso, a escrita sobre os dados coletados, conforme Moraes (2007) é um ordenamento dos dados, uma organização. Isso supõe que, no processo de coleta, muitas são as informações surgidas, desde aquelas que vão ao encontro umas das outras até as que demonstram ser contrárias. Isso exige organização para o pesquisador construir seu entendimento acerca do que buscou conhecer e produzir de material teórico sobre o tema.

As análises das narrativas ainda representam um desafio aos pesquisadores que podem seguir diferentes técnicas ou métodos. Ao mesmo tempo em que o domínio de técnicas

específicas é exigido, não há intenção de esgotar as possibilidades de análise, mas sim de realizar uma análise no sentido de abrir os sentidos.

Então, desenvolvo categorias, que surgirão mediante o processo, primeiramente para cada uma das entrevistas narrativas, posteriormente são ordenadas em um sistema coerente para todas as entrevistas realizadas na pesquisa, sendo o produto final a interpretação conjunta dos aspectos relevantes tanto aos informantes como ao pesquisador.

Após a realização da entrevista, há a necessidade da transformação do relato oral em texto escrito para torná-lo disponível ao público. Para tanto, fazem-se necessárias as etapas de transcrição, textualização e transcriação, conforme descritas por Meihy (1991):

Transcrição: é a passagem rigorosa da entrevista (após a escuta minuciosa de todo o conteúdo por algumas vezes) da fita para o papel, com todos os seus lapsos, erros, vacilo, repetições e incompreensões, incluindo as perguntas do entrevistador;

Textualização: etapa na qual as perguntas são suprimidas e agregadas às respostas, passando a ser todo o texto de domínio exclusivo do colaborador, assumindo, como personagem único, a primeira pessoa. Durante esta etapa, a narrativa recebe uma pequena reorganização para se tornar mais clara.

Transcriação: é a etapa na qual se atua no depoimento de maneira mais ampla, invertendo-se a ordem de parágrafos, retirando ou acrescentando-se palavras e frases e, enfim, realizando-se o "teatro de linguagem". Para teatralizar, a própria língua dispõe de instrumentos, como a pontuação, particularmente as reticências e a interjeição, que se prestam para fantásticas mostras de onde o leitor deve respirar, quais as paradas estratégicas e quais as sinuosidades propostas. Recria-se, então, a atmosfera da entrevista, procurando trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, o que não ocorreria reproduzindo-se palavra por palavra. Há a inferência do autor no texto, que será refeito várias vezes, devendo obedecer a acertos combinados com o colaborador. Neste procedimento, torna-se vital a legitimação da entrevista por parte do colaborador.

As memórias narradas por estas trabalhadoras, aqui consideradas sujeitos de suas histórias pontuadas pela expressão de sua cultura, são fundamentais para a compreensão das múltiplas possibilidades de sentidos nos processos comunicacionais na vida cotidiana.

Em relação ao preconceito racial, todas tiveram histórias dolorosas para contar, ainda que, eventualmente, digam não se lembrar disso.

A transcrição na íntegra foi realizada logo após a entrevista e foi anexada nos apêndices deste trabalho.

Em relação à contextualização dos dados transcritos pode ser feitos da seguinte maneira: Em primeiro lugar, precisamos ressaltar que as três mulheres participantes são de origem afro-descendente, todas vindas de origem familiar de classe trabalhadora, que ao longo de sua juventude tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da família.

Todas ainda muito jovens, com um espírito de vida muito aguçado, pude sentir das participantes uma autoestima muito contagiante, o que me deixa muito feliz, pois vejo que apesar das lutas desta etnia, elas já foram “crescendo” tendo a visão da diversidade bem estabelecida, ou seja, todas compreendem o processo de lutas dos afrodescendentes, e assim, compreendem este período de lutas como forma de crescimento e conquistas para os dias atuais.

Durante as primeiras conversas informais com as participantes, sempre reforcei a ideia de que durante as entrevistas nada seria imposto, apenas no início de cada relato solicitei que expusessem suas histórias relacionadas ao processo de escolarização. Os aspectos que iriam eleger como norteadores de seus relatos não foram impostos, ou seja, cada participante elegeu seu fio condutor e por meio dele foi expondo o que delegava de importante na sua fase de escolarização.

Nesta fase da contextualização, inicio a definição de temas, chamadas aqui como categorias de análise. Estas categorias serão mais aprofundadas na próxima fase das análises, a transcrição que foram definidas a partir de uma leitura detalhada de todas as entrevistas.

Levando em conta que todas as participantes tiveram sua escolarização em escolas públicas devido à situação financeira familiar, pois todas provêm de raízes humildes e trabalhadoras, que sempre tiveram que lutar e trabalhar para terem seu sustento.

A primeira categoria que proponho discutir neste trabalho é a *Orientação familiar* sobre o tema da diversidade, ou seja, analisar como foi a orientação dada pela família para estas participantes em relação à etnia afrodescendente. Este elemento se torna necessário, pois a família é o primeiro contato das crianças e é por ela que a pessoa inicia seu processo de desenvolvimento da identidade pessoal.

A família desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento da criança, uma vez que é através desta que se constroem pessoas adultas com uma determinada autoestima e onde estas aprendem a enfrentar desafios e a assumir responsabilidades. Esta família, em primeira instância, deve assegurar a sobrevivência dos filhos, o seu crescimento saudável e sua socialização dentro dos comportamentos básicos de comunicação e a formação de sua autonomia e identidade.

A segunda categoria que procuro desenvolver de forma mais aprofundada são as *Vivências de Preconceito*, ou seja, abordar a partir das narrativas das participantes suas vivências escolares relacionadas ao preconceito étnico, visto que, todas as participantes da pesquisa, têm em comuns relatos e exemplos de situações em que se deparou com esta atitude preconceituosa durante suas trajetórias escolares.

A escolha da terceira categoria que chamarei de, *O papel da Escola*, considera a principal, ou seja, a que vai abordar de forma mais direta a temática que proponho discutir neste trabalho. Busco refletir, juntamente com as narrativas das participantes, o papel da escola, a prática que vem sendo desenvolvida em sala de aula e ideias de como as pessoas negras sentem-se inseridas e acolhidas nestes espaços escolares.

Na fase da transcrição, desafio-me há aprofundar um pouco mais sobre as categorias identificadas e criadas na contextualização dos dados. Todas serão identificadas e discutidas no texto abaixo.

1º Categoria: Orientações familiares

Sabemos que as crianças aprendem continuamente através dos seus pais, não só o que estes lhes contam, mas também, sobretudo, pelo que veem como atuam como respondem perante os problemas. Assim, as crianças observam e copiam o proceder dos seus pais perante a vida. A verdadeira educação dos valores passa dos pais para os seus filhos desde o dia do nascimento até ao final da vida.

Pensando nisso, justifico minha escolha pela primeira categoria ser relacionada à orientação familiar, pela sua fundamental importância na constituição das entrevistadas desde sua infância até os dias atuais.

A família é a instituição mais privilegiada da educação, pois é no seu meio natural que o homem nasce, cresce e se desperta como pessoa. Acredito que é de extrema importância o conhecimento da influência que os sistemas familiares têm sobre o desenvolvimento e comportamento das entrevistadas relacionado ao tema da diversidade étnica.

Nas narrativas da entrevistada A podemos perceber o quanto a base familiar se torna fundamental para que a criança possa crescer compreendendo a diversidade étnica existente.

O início da minha vida escolar foi em uma escola pública municipal, na cidade de Cachoeira do Sul, com cinco anos de idade. Minha mãe é professora, e desde este início levava eu e mais meus dois irmãos para onde ela lecionava, pois ficava mais fácil de acompanhar nossa vida escolar. (...) sempre fomos muito bem instruídos e incentivados pela nossa mãe, pois ela mesma, foi uma das incentivadoras e fundadoras da Semana da Consciência Negra das escolas municipais no nosso município.

Através desta narrativa, podemos perceber que a questão da diversidade sempre foi tratada de forma muito natural para ela e isto foi fundamental para que se constituísse na pessoa e profissional que é hoje, defensora dos direitos relacionados à sua etnia.

E assim como as entrevistadas revelam que sempre tiveram o apoio dos familiares desde sua infância, leva-nos a pensar que também farão da mesma forma com seus filhos, pois tem consciência da importância desta base familiar para sua constituição e para sua inserção na sociedade futuramente.

Em contraponto ao incentivo familiar, também temos que levar em consideração que existem muitos sujeitos negros, que nunca tiveram incentivos dos familiares, e aí podemos nos perguntar, que base familiar teve este sujeito? Certamente, esta pessoa encontrou mais dificuldades na constituição da sua identidade e da socialização, mas, também não podemos generalizar esta ideia, pois cada pessoa é única e diferente das demais.

2ª Categoria: Vivências de Preconceito

Esta categoria se torna central na discussão deste trabalho, pois aborda os objetivos elaborados e nos apresenta dados verídicos do que realmente os participantes vivenciaram durante seu processo de escolarização.

As três narrativas contemplam exemplos de preconceito relacionado à cor da pele e ao pertencimento étnico. A participante A, nos apresenta em sua narrativa que,

Mas quando passei para o ensino médio, onde cursei o magistério, havia evidentemente o preconceito, principalmente referente ao cabelo, e que para ser considerada bonita deveria ser branca de olhos claros e cabelos compridos para participar dos concursos de beleza. Mas eu nunca deixei me abater, pois minha mãe sempre nos incentivava a andarmos e sentimos lindas do jeito que éramos.

Nesta situação, percebemos que as práticas de preconceito foram em relação à cor da pele, dos olhos e principalmente, ao cabelo crespo.

A participante B, também nos apresenta narrativas relacionadas ao preconceito,

Na escola, sofria bullying por ter cabelo Black Power, e sempre andar com cabelo amarrado, de coque. Esses bullings, partiam de um colega de classe, na época ele com 15 anos e eu com 13 anos de idade, cursávamos a 7ª série do ensino fundamental, naquele tempo eu sofria muito, não entendia o por que dele fazer chacota comigo, ficar de zoação, zombando, por simplesmente meu cabelo não ser liso, escorrido ou pelo Black Power estar na cabeça de uma pessoa negra.

Mais uma vez, encontramos o preconceito envolto aos aspectos do cabelo crespo e a cor da pele. Também vimos que, o preconceito se revela através de falas de zoação dos

próprios colegas de aula, ou seja, nas salas de aula se reproduziam modos de preconceito diante dos colegas negros.

A participante C nos revela com um ar de tristeza dizendo que “Lembro como se fosse hoje á fase ruim que passei na escola de quando era “bonito” fazer piadas racistas, lembro do quanto me deixava constrangida ouvir tanta coisa ruim sobre a cor da minha pele”. Ela nos aponta que a fase dela na escola foi ruim, pois nada era trabalhado, dialogado de forma positiva em relação a sua etnia. Isso me preocupa muito como pesquisadora e professora, pois seu o quanto é importante para uma criança, gostar e se sentir bem dentro do ambiente escolar. Me questiono ainda, qual foi a base construída para esta participante durante seu processo de escolarização? Quais os caminhos teve de trilhar para se constituir como pessoa e criar sua identidade se apenas ouvia o lado negativo da sua etnia.

Ainda nos apresenta com clareza

Lembro de uma tarde que fui à casa de uma amiga depois da saída educação física, fomos tomar café na casa dela e foi alguns amigos nossos, e um menino começou a fazer piada de mim, quanto a minha cor, quanto ao meu cabelo, e tava todo mundo rindo daquilo e eu fui digerindo porque eu não sabia o que fazer, eu tava doendo demais tudo aquilo, e eu não sabia pra onde fugir, foi então que eu sai correndo da casa da minha amiga e fui para minha casa. Cheguei em casa chorando e perguntando pra minha mãe o porque das pessoas acharem graça na minha cor, o que eu tinha de tão diferente delas. (Participante C)

Ao lermos este recorte da narrativa, podemos sentir a profunda angústia e tristeza que a participante C estava sentindo naquele determinado momento de sua vida. Através de suas palavras a dor ecoa entre as linhas, porém nem conseguimos chegar aos pés do desprezo que ela sentia em ouvir as piadinhas e chacotas em relação, principalmente, a sua pele e ao cabelo.

O que me deixa mais aliviada neste relato é sentir que sua dor era amenizada pela sua mãe, que a ouvia e a aconselhava de forma a ignorar aqueles amigos. Ainda criança, já tinha o desafio de tentar compreender todo o preconceito vivenciado e enraizado na sociedade.

A participante A, nos relata algo muito delicado que é o preconceito enraizado na sociedade quando afirma,

Não somente na escola, em restaurantes, boates se são muito requisitados e chiques, somos olhados de maneira diferente. Na minha cidade natal se uma pessoa troca de carro ou frequenta algum lugar requisitado as pessoas chegam a se cutucar, dão risadinhas, ou vêem te perguntar como você adquiriu isso. Relacionamentos, nem pensar um homem branco com uma mulher negra, é muito difícil encontrar.

A sociedade ainda vive rodeada de ideias preconceituosas, mas muito já tem se desfeito esse pensamento, devido iniciativas de Políticas Públicas juntamente com as

instituições educacionais, que buscam inserir diálogos voltados a mostrar o lado positivo das lutas dos negros todos os anos.

3º Categoria: O papel da Escola

A prática de preconceitos relacionados à etnia negra na escola é um fator relevante na disseminação do preconceito para fora dela. A escola que está inteiramente ligado com a sociedade é um elo de colaboração, reforço e manifestação de preconceitos, ou seja, um lugar que deveria ser de libertação e emancipação é em muitos momentos local de segregação e reforço dos estereótipos das vítimas dos preconceitos e discriminações.

Na teoria, a escola deve efetivar sua prática pedagógica com ações afirmativas para o rompimento de preconceitos, sendo que, essas ações devem desconstruir atitudes e ações excludentes, racistas, existentes no cenário escolar, e sim produzir conhecimentos, de práticas democráticas, onde o negras/os devem também ser autoras/es das práticas de diversidades educativas.

Nas narrativas da participante B, podemos ver de forma bem objetiva o que a escola também pode proporcionar, porém de uma forma negativa e prejudicial à constituição da identidade dos jovens em fase de escolarização.

Naquele tempo foi tudo muito complicado pra mim e então comecei a me excluir, por vergonha, e isso acabou afetando diretamente nos meus estudos, comecei a ser uma criança triste e retraída na vida. Mas isso foi passando com o tempo e percebi que eu não dando bola para as palhaçadas, piadinhas de mau gosto dele, ele iria parar e foi o que aconteceu, infelizmente levou um tempo, onde sofri sozinha, calada.

Ao ler esta passagem da narrativa fico imaginando a dor e o sofrimento que esta jovem sentiu em meio ao ambiente escolar, um lugar que deveria ser para problematizar e desnaturalizar esse preconceito discriminatório que existe em nossa sociedade. Essa percepção do preconceito se torna possível mediante a tematização das desigualdades sociais, geradas por um processo histórico de discriminação ou de privilégios para grupos socialmente dominantes.

Também referente a categoria do papel da escola, podemos ver o quanto se deixa a desejar, principalmente no quesito da formação da equipe escolar, ou seja, poucos professores sentem-se preparados para dialogar sobre a temática das diferenças e tal dificuldade podemos identificar na narrativa da participante A, que conta,

Hoje, já formada e concursada, lecionei até o fim do ano passado na minha cidade natal, então consegui perceber o quanto o preconceito ainda existe na escola, principalmente quando a supervisão da escola exigia que se trabalhasse a cultura

afro, muitas colegas vinham me procurar para saber sugestões de atividades ou o que deveriam fazer, por que não sabiam, eu ficava tão frustrada com isso, pois o conhecimento está ao alcance de qualquer um. Assim como eu sei qualquer outro pode saber, não por que sou negra devo saber e o restante não.

Faço referencia ao relato acima quando me questiono: As pessoas devem saber apenas a história de sua origem? Pelo que se pode perceber é este tipo de pensamento que muitas pessoas da sociedade têm, ainda nos dias atuais, o que gera um montante de dúvidas. E como fica a riqueza da diversidade étnica, cultural, social? Nada poderá contribuir para nosso enriquecimento? As respostas destes questionamentos são extremamente pessoais e, cada pessoa constitui seus valores e crenças, porém são fundamentais para uma compreensão de sociedade e de valorização das diferenças.

Minhas respostas são todas de intuito positivo no sentido de acreditar que a diversidade precisa sim, ser mais dialogada e conhecida, pois a sociedade tem seus valores positivos, sua riqueza, justamente por que somos diferentes e nossa diferença constitui esse leque de possibilidades de conhecimentos, histórias, cultural, política e social. E isso é muito gratificante de sermos únicos e termos nossa própria história.

Pensando na escola, em meio a tantos valores ainda negados ou ignorados, referente à etnia negra, podemos perceber, nas narrativas da participante C, o quanto o ambiente escolar é importante e ao mesmo tempo impactante para uma criança negra quando ela chega neste ambiente e não percebe nada e ninguém como ela, na qual ela consiga se identificar. As palavras da participante C revelam a certeza de que ainda há sim, o racismo presente nos dias atuais nas escolas e que muitos professores não sabem e não se sentem seguros em dialogar sobre a temática em sala de aula.

O racismo sempre foi presente nas escolas e de forma muito cedo e continua, o racismo começa desde a cor do lápis até a criança mais bonita não ser uma negra, o racismo começa desde as bonecas só serem brancas, o racismo começa quando um professor tem um ego tão fadado que não fala de história de negros em uma sala de aula. O racismo não é “vitimismo” de pessoa negra, o racismo é o que negros sofrem diariamente, desde os direitos não serem iguais, desde um branco ter a vaga mais garantida do que a minha. O negro na sociedade continua sendo visto como a mão de obra barata, o negro continua estando em papéis inferiores aos dos brancos, por isso as pessoas tem que saber o motivo de cotas raciais, enquanto as universidades continuarem sendo privilégio de brancos haverá negros, pobres e periféricos desprivilegiados. O racismo é sim frequente em escolas, e os professores não sabem lidar com isso, eles se sentem desconfortáveis em falar sobre, logo eles tornam os seus alunos negros com receio de falar da sua própria cor. As formas que o racismo já aconteceu na minha vida me fez tentar ser uma pessoa imponderada, hoje eu sei que eu jamais vou me sentir menos por conta da minha cor, quem tem a história de quem lutou por liberdade foram meus ancestrais, eu sou apenas continuação dessa história, negros tem sim que ter muitos direitos porque só assim às pessoas vão entender que se somos todos iguais querem os mesmos direitos.

Sabemos que a sociedade brasileira, desde a sua formação, é constituída por uma diversidade étnica e cultural, a qual deve ser contemplada e dialogada no espaço escolar, para que se reconheça a pluralidade das vivências dos diferentes grupos sociais da comunidade onde a escola está inserida. Neste processo educacional, surgem divergências na relação escola e sociedade que acabam interferindo no processo educacional. Essas divergências se manifestam nas atitudes e condutas que predispõem a maneira de o indivíduo atuar, pensar e perceber, de modo coerente, com seu juízo, outra pessoa ou objeto.

A educação escolar tem por finalidade a formação do aluno em termos de instrução, de atitudes e de cidadania, porém o desenvolvimento de atitudes pressupõe conhecer diferentes valores, reconhecê-los, experimentá-los, analisá-los criticamente e escolher livremente um sistema de valores para si. Assim, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

Os valores orientam as ações e possibilitam fazer juízo crítico sobre o que se toma como objeto de análise. Vale lembrar que existem diferenças e até conflitos entre sistemas de normas na sociedade, que respondem de maneiras diversas às diferentes visões e interpretações do mundo. (1997, p. 33)

Os valores devem estar presentes na ação de cada educador, devendo ser vistos, não como uma disciplina, mas como uma tarefa de aprendizagem e de vivência. A escola deve ser um lugar onde os valores morais são construídos, refletidos e não meramente impostos.

A formação de valores no campo educacional se desenvolve, primeiramente, na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas escolas, nas manifestações culturais, nos movimentos e organizações locais e está imersa num complexo sistema de transformação social e fenômenos que mudam a cada dia, exigindo intervenções planejadas e sistemáticas.

Pelas vivências do dia a dia, podemos ver que a família elege a escola como o melhor lugar para a aprendizagem de valores para a vida em sociedade, incluindo aí seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

As instituições de ensino tem a missão de ensinar valores para o desenvolvimento moral dos educandos, mediante a seleção de conteúdos e de metodologias que favoreçam a aplicação de temas transversais, como justiça, solidariedade, ética, dentre outros presentes em todas as matérias do currículo escolar.

Neste aspecto da transcrição, podemos refletir de forma geral e particular, sobre as narrativas das participantes que se dispuseram em relatar e conversar um pouco sobre esta temática que ainda, revela medos e receios em muitas pessoas.

Nesta análise, busco, primeiramente, ouvir as narrativas de pessoas que passaram por preconceitos referentes à sua etnia, e em segundo plano, compreender um pouco mais sobre a

contribuição das escolas para a construção de uma consciência de valorização da diversidade, pois vejo que a formação ética é um dos grandes desafios da educação contemporânea. Visto que, educar não é apenas instruir, mas sim, oferecer experiências significativas que preparem crianças e jovens para a vida em sociedade. O espaço escolar não pode apenas preocupar-se com a formação intelectual do educando, mas também com a sua formação enquanto ser humano autônomo e participante da vida pública da sociedade.

Nas narrativas, acima discutidas, as três (3) participantes afirmam e trazem exemplos de preconceitos que enfrentaram durante sua escolarização, as dificuldades de se aceitar em relação a sua cor de pele do seu cabelo crespo e da cor dos olhos escuro. Graças a sua base familiar que sempre as ajudou a compreender este processo de que a etnia negra ainda está lutando para que seja reconhecida e valorizada.

Durante o processo das entrevistas, posso dizer que aprendi e refleti muito sobre o que as participantes me relataram da sua escolarização. Coloquei-me diante de exemplos cotidianos, que muitas pessoas de origem africana passam diariamente, mas que para nós não tem significado, e refleti como sendo comigo. É realmente uma escola de aprendizagem passar um momento dialogando e, mais ainda, ouvindo as narrativas daqueles sujeitos que passaram pelas atitudes preconceituosas da sociedade e que com muito orgulho se identificam e lutam pela valorização de sua etnia.

A participante A nos traz uma bela lição de vida, quando afirma com muita firmeza: “Para finalizar só queria dizer que nada disso me abala, pois sou linda do jeito que sou e se tivesse que vir em outras vidas gostaria de vir exatamente assim... NEGRA”. Isso nos deixa feliz, em ver que tudo que ela passou não a fez desistir e nem menos ter vergonha de se assumir como negra, mas sim, a faz ter orgulho de ser assim, tem um astral inigualável e lutadora por seus ideais.

Todas nos trazem alguma lição e muitas reflexões. Tenho expectativas de que a partir delas, possamos finalizar estas análises de forma há pensarmos um pouco mais na área da educação, buscando diálogos relacionados à importância destas diferenças, representadas em âmbito social, como sendo, um dos fatores de maior orgulho, cada pessoa com suas individualidades reconhecidas e principalmente respeitadas.

6. INCONCLUSÕES

Longe de ter a pretensão de dar por encerrada a discussão que trata da problemática suscitada por esta pesquisa, apresento, a seguir, as minhas considerações sobre o assunto, a partir deste trabalho. Chamo este tópico final de inconclusões por que muito ainda tem que ser feito para que realmente se possa dizer que estamos vivendo em uma sociedade justa que reconhece a todos, e que oferece oportunidades justas à sociedade de todas as etnias.

Como pesquisadores, temos um papel imprescindível na sociedade, que é despertar nas pessoas um olhar mais crítico sobre os acontecimentos nos espaços sociais.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, observamos o quanto é delicado trabalhar com o tema da diferença na escola, é um desafio para todo educador, pois isso é muito mais que uma apropriação teórica, é trabalhar em sala de aula de modo a colocar em movimento ideias e práticas que estimulem a aproximação entre diferentes, o que requer dedicação e empenho.

Lidar com as diferenças também implica uma predisposição interna para repensarmos os nossos valores e possíveis preconceitos, refletirmos sobre a especificidade das relações entre brancos e negros sobre as dificuldades de aproximação entre professores e alunos negros.

O reconhecimento (ou conhecimento) das raízes étnicas, históricas e culturais visa à construção de uma identidade própria, da cidadania e a consciência dos direitos e deveres como cidadãos. A construção da cidadania exige uma formação educacional de qualidade, comprometida com uma visão crítica e aguçada da realidade, pela qual os estudantes possam adquirir a verdadeira noção de seu papel social, que é ativo e participante na edificação do processo histórico no país.

A formação educacional deverá atender, portanto, as necessidades reais de uma jovem e crescente população que visa ingressar dignamente no mercado de trabalho e na universidade.

Oportunizar discussões (que a maioria de nós não teve em sua formação) sobre as questões sociais, discriminação, preconceito, racismo, desigualdades sociais, sugerindo possibilidades de se trabalhar com uma perspectiva diferenciada, principalmente, nos cursos de Licenciatura.

Continuar desenvolvendo leituras sobre as relações sociais, o espaço escolar, socialização de afrodescendentes, preconceitos, discriminação, diversidade no ambiente

escolar, irá contribuir para o amadurecemos nesta prática, à medida que acontecem novas discussões e problematizações em torno deste tema.

Esperamos que os saberes advindos dessa pesquisa nos proporcionem alguns esclarecimentos para nossas inquietações, ao tempo em que despertaremos para outros questionamentos, pois não pretendemos encerrar as contribuições dessa pesquisa juntamente com a qualificação e defesa da dissertação de mestrado, mas com a perspectiva de buscar ainda mais estudos sobre as relações sociais que se constroem entre professores, crianças, jovens e adultos. Pensando em provocar outros professores a discutirem essas questões.

Posso dizer que após a promulgação da lei 10.639/03 e a criação de agências promotoras da igualdade étnicas e afins, há ainda um longo caminho a ser percorrido, até que se supere a inconsistente ideia de democracia racial, ainda vigente no Brasil contemporâneo. É necessário analisarmos tais questões por diversos prismas: embora a lei reconheça a importância da luta do negro no Brasil e sua trajetória; obrigue o ensino da cultura negra nas escolas, por meio de pesquisas teóricas e práticas e acuse a vertente eurocêntrica da história ensinada nas escolas como única e soberana.

Somente em um ambiente escolar em que o professor se comprometa de forma contundente a não se calar diante das ideologias impostas e dos estereótipos, lutando pelo triunfo de um novo saber, a cultura negra prevalecerá sobre a visão hegemônica do eurocentrismo. Entra em questão, aqui, a necessidade de um amplo empenho em benefício de todos e contra as formas reais e simbólicas de discriminação, por meio da educação, e assim como afirma Rios,

A educação é um processo de socialização e criação de saberes, crenças, valores, como finalidade de ir construindo e reconstruindo as sociedades, os indivíduos e grupos que a constituem. É um movimento longo e complexo, no sentido de as pessoas nele envolvidas irem renascendo, a cada momento, junto com os outros. (2012, p.3).

Assim como eu, convido a todos os leitores a pensar sobre a importância da efetivação da lei 10.639/03, buscando representações e práticas positivas, para que não seja apenas um marco normativo sem efeito prático, mas ao contrario, que possamos conseguir de pouco em pouco uma educação mais justa e igualitária.

Nesta parte final do trabalho, queremos reafirmar que o mais importante não são os produtos destas propostas e sim as tentativas de abordagem, buscando problematizar e conscientizar as pessoas da necessidade de discutir, de falar sobre o tema que abordamos no decorrer do trabalho.

Para encerrar este trabalho, queremos socializar a maravilhosa experiência que está sendo em desenvolver esta pesquisa. Trabalhar um assunto, que nos foi alertado por algumas pessoas que era bobagem, que seria melhor estudar algo mais importante, foi muito desafiador e difícil, mas chegamos aqui, ao fim, ou melhor, a uma parada, pois a principal aprendizagem que levamos desta pesquisa foi que esta discussão não pode findar.

Devemos continuar problematizando, discutindo, levando esse entendimento a mais colegas professores/as e pensar que sim, é possível mudar, melhorar, proporcionar um ensino de mais qualidade, a partir de um processo de formação continuada que valorize a diversidade.

Precisamos nos sentir parte de uma sociedade comprometida com a transformação e a valorização do ser humano deve ser comprometida com a construção de uma escola em que a ação educativa esteja vinculada a uma tomada de consciência da integração entre teoria e prática.

Precisamos lutar por uma escola, em que se mantenha uma discussão do significado da educação no contexto da vida social concreta, pois a educação escolar é fruto da vida social e política. Não é possível pensar um projeto educacional fora de um projeto político, fora de uma visão de totalidade na qual se articula a vida do ser humano que nela se encontra.

Pensando na realidade escolar, destacamos a importância do educador como mediador do conhecimento através de práticas pedagógicas que consigam possibilitar o autoconhecimento dos alunos negros, através do resgate de sua autoestima e da valorização de sua ancestralidade. Por entre as reflexões, também, evidenciamos a importância das relações sociais estabelecidas na escola, bem como construção da identidade dos alunos negros, tendo o conhecimento de como ela se constitui no mundo, construindo a sua autoestima, autoimagem e sua maneira de existir.

A pesquisa (auto) biográfica foi elencada para este estudo pela sua potencialidade de diálogo entre o individual e o sociocultural, pois consegue pôr em evidência o modo de como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, seus valores, suas energias, para a construção de sua identidade.

O método (auto) biográfico constitui dentre outros elementos, o uso de narrativas que terão como objetivo rememorar tempos escolares, rememorando lembranças da vida escolar em um movimento de entrelaçamento de detalhes, acontecimentos e registros que construiram a memória da escola como cenário da infância e juventude e lugar de compartilhamento de experiências com outras crianças e jovens.

Em síntese, podemos afirmar como ponto chave da justificativa, seja a ideia de que, devemos considerar que as atitudes discriminatórias estão presentes em nosso universo, principalmente nas escolas. Mas, precisamos buscar ver estas instituições como formadoras de valores, que possuem um valor social e moral para, através das suas práticas oportunizarem a todos os envolvidos no processo educacional uma formação visando acima de tudo, o respeito às diferenças, constituindo um convívio respeitoso, humanizado e igualitário.

Refletido sobre minha própria caminhada, posso afirmar que as minhas andanças como aluna da roça, estudante da cidade e agora professora da rede particular, me fizeram perceber e repensar diversas dimensões relacionadas à educação, e uma delas é discutido neste trabalho, que é a diversidade étnica. Em relação a esta discussão, eu concordo que a diversidade seja algo bem positivo, pois favorece uma troca cultural entre as pessoas. Pena que muitas não saibam aceitar essa diversidade, o que muitas vezes acaba gerando um preconceito totalmente desnecessário, pois é possível e também muito bom conviver com pessoas diferentes de nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO.M.H.B. (Org.). **Pesquisa (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AQUINO, J. G. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Cadernos Cedes, v. 19, nº 47. Campinas, dezembro/1998.

ANDRÉ, M. (2006). **Pesquisa em Educação: Trajetórias e desafios contemporâneos**. In: IBIAPINA, M. I. L. de M.; CARVALHO, M. V. C. de. *Educação, práticas socioeducativas e formação de professores*. Teresina: EDUFPI.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar: textos em historia Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARROS, V. A. (2000) **De la représentation au pouvoir: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil**. Tese de doutorado. Presses de Septentrion, Lille.

BARROS, V. A. & SILVA, L. R. (2002). **A pesquisa em História de Vida**. In: I. B. Goulart (org.) **Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos**. (pp. 134-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.

BARBOSA, Luciene Cecília. **Louca Paixão: Questões Raciais na Telenovela Sob o Olhar do Receptor**. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo: 2002.

BOURDIEU, P. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A força da representação**. In: *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **O poder simbólico**. 7. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Marcos Legais da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação, outubro de 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. 2001. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001626.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL, **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

BRICKSON, S. **The impact of identity orientation on individual and organizational outcomes in demographically diverse settings**. Academy of Management Review, 2000.

BRUNER, J. & WEISSER, S. **A Invenção do ser: a autobiografia e suas formas**. In: OLSON, D. R. & TORRANCE, N (orgs). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Atica, 1995. P.141-162.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CAMPOS, F. A. (2004). **Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e Dona Maria na luta pela terra**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, FAFICH-UFMG.

CANDAU, Vera Maria (org.), (2003). **Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A.

CANDAU, V. M. et al. **Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural**. Educ. Soc. v. 27, n. 95, Campinas, maio/ago. 2006.

CANDAU, V. M. **Interculturalidade e educação escolar**. In: CANDAU, V. M. (org.) **Reinventar a escola**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. (Org.). **Reinventar a escola**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. (Org.). **Sociedade, educação, e cultura(s): questões e propostas**. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

_____. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In: CANDAU, V. M. GABRIEL, C. T. (orgs.) **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CANEN, A. **O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação.** Revista comunicação e política, v.25, n.2, p.091-107, 2007. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/02DED04%20Ana%20Caren.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

CANEN, A; OLIVEIRA, A.M.A. **Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Educação. n.21. set-dez. 2002.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
DEWEY, John. **Vida e Educação.** São Paulo: Victor Civita, 1980.

CAVALLEIRO, E. dos S. Texto introdutório. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC/SECAD, 2005. (Col. Educação para Todos).

CAVALLEIRO, E. dos S. **Introdução.** In: **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** 2 ed. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHAUÍ, M de S. **Ideologia e educação.** Educação & Sociedade, n. 5, 1980, p. 24-40.

_____. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação:repensando nossa escola.** São Paulo:Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 2ª ed. – São Paulo, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2001.

DASS, P. & PARKER, B. (1999). **Strategies for managing human resource diversity: from resistance to learning.** The Academy of Management Executive, (pp.13; 68 – 84 80) London.

DELORY-MOMBERGER, C. (2008). **Biografias Educação: figuras do indivíduo projeto.**Tradução Maria da Conceição Passeggi. Natal, RN: EDURN; São Paulo: Paulus.

DIRETRIZES curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004

DEWEY, J. **Vida e Educação.** São Paulo: Victor Civita, 1980.

DOMINICÉ, P. **O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais.** In: NÓVOA, A; FINGER, M (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação.** Lisboa:

Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 51-61.

DOMINICÉ, P. **O processo de formação e seus componentes relacionais.** In: NÓVOA, A.; FINGER, M. O Método (auto) biográfico e a formação. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. Enjeux de la pratique dès histories de viecommeméthode de recherche-formation dans la formation dèsformateurs. in: DESMARAIS, Durval; PILON, Jean Maurice. Pratiques dèshistoires de vie. aucarrefour de laformation, de la recherche et de l'intervention. Paris: l'Hamattan, 1996.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: nova estatura para o Brasil. Coordenação Hélio Silva Júnior. São Paulo: CEERT. 2012. Disponível em: http://www.ceert.org.br/images/cartilha_CEERT.pdf. Acesso em: out, 2015.

EGGERT, Edla. **Espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos.** In: STRÖHER, Marga J (Org.). À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERNANDES, F. **O significado do protesto negro.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FERREIRA, A. C. da R.A Lei 10.639/03; um estudo de caso no CEFET-PA. In: NUNES, A. E. da S. S. e OLIVEIRA, E. V. de. **Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica.** Brasília; MEC, SETEC, 2008.

FILHO, Guimes Rodrigues; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (orgs.). Racismo e Educação: contribuições para a implementação da lei 10639/03. Uberlândia, EDUFU, 2011.

FRANCO, N. H. R. **Educação e diversidade étnico-cultural: concepções elaboradas por estudantes no âmbito da Escola Municipal Helena Magalhães.** Salvador, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro, José Olympio, 2vols, 1954 .

FREIRE, P. (2000). **Pedagogia da autonomia.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, Brasil.

GADOTTI. Moacir. **Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos.** 21º Reunião da ANPED. Caxambu, 1998.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003a.

_____. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. MEC/SECAD, Brasília, DF, 2005.

_____. **Cultura negra e educação.** Revista Brasileira de Educação, n. 23. 2003b.

GOMEZ, A. P. 1998. **La cultura em La sociedad neoliberal.** Madrid: Morata.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** Rio de Janeiro: Agir, 1989

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1998.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90.** Rio de Janeiro: Ipê, 2001.

HENRIQUES, R. **Educação e desigualdade racial.** In: PANTOJA, S.; org. **Rompendosilêncios: história da África nos currículos da educação básica.** Brasília: DP ComunicaçõesLtda, 2004.

HOLANDA, S, B. **Raízes do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JOSSO, M. C. (2004). **Experiências de vida e formação.** Tradução: José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez.

_____. **Cheminerverssoi.** Suisse: L'AgeD'Homme, 1991.

JORNAL, Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em 16/04/2016, às 17:19 hs.

KENSKI, V.M. **Memórias e Práticas Docente.** In. BRANDÃO, C, R. (org). **As Fases da Memória.** São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993. P.100-112.

LIMA, T. B. de. **O Comportamento do Negro no Mato Grosso do Sul Frente à Conjuntura Atual.** Campo Grande: 2000.

LUCK, H. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores.** Em aberto, Brasília, v. 17, n.72, 11-33, fev. /jun.2000.

MACEDO, L. **Ensaio construtivistas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MANDELA, Nelson. 2013. **Biografia de Nelson Mandela.** Disponível em: <http://www.velhosamigos.com.br/Foco/mandela.html>. Acessado em: 17/04/2016, às 14:46.

- MEIHY, J, C, S, B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MEIHY, J, C, S, B. **Canto de morte Kaiowá: história oral de vida**. São Paulo: Loyola;1991.
- MEIRELES, Cecília. **Poesia Completa, vol. I. Retrato Natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001. pg. 606.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26° Ed- Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.
- MINAYO M.C. de S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva. 2012;17(3):621-626.
- MULLER, T. M.; GLAT, R. **Uma professora muito especial**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.
- MUNANGA, K. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estud. av., Abr 2004, vol.18, no.50, p.51-66.
- MUNANGA, K. Uma **abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Novembro, 2003. Rio de Janeiro.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica. 2006.
- MUNANGA, K. **Ação afirmativa em benefício da população negra**. In: Universidade e Sociedade: Revista do Sindicato ANDES Nacional, n. 29, mar. de 2003. p. 46-52.
- _____. Apresentação. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- _____. **Negritude: usos e costumes**. São Paulo: Ática, 1986.
- MORAES, R. **Uma Tempestade de Luz. A Compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. IN: MORAES; GALIAZZI, M, do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, p. 11 – 46.
- NASCIMENTO, A. **Os cursos pré-vestibulares populares como prática de ação afirmativa e valorização da diversidade**. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade/ Unesco, 2007.
- NÓVOA, A; FINGER, M. **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.
- NÓVOA, A. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Portugal: Porto, 1992. p. 9-30.

NÓVOA, A. & FINGER, M. (Org.). (2010). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus.

MOREIRA, A.F.B. (2001). **Multiculturalismo, currículo e formação de professores**. In Currículo: políticas e práticas. Papirus, (pp. 81 – 96), Campinas, Brasil.

NUNES, R. B. **Educação, gênero e afrodescendência: a educação escolar e a organização de mulheres quilombolas em Brejão dos Aipins**, Piauí. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013a.

_____. Porque Afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto?. In: Congresso sobre Gênero, Educação e Afrodescendência: conquistas, experiências e desafios. 1., Anais... Teresina: UFPI, 2013b. p. 01-14.

PARANÁ, D. (1996) **O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula**. São Paulo: Ed. Xamã.

PASSEGGI, M, da, C. A formação do formador na abordagem autobiográfica. A experiência dos Memoriais de formação. In: SOUZA, E, C, de (Org). Pesquisa Autobiográfica. Tempo, narrativas e ficções: A invenção de si. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2006^a. P. 203-218.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. “O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a lei 10639”. Revista África e Africanidades, São Paulo, ano 3, n. 11: 1- 17, Nov. 2010. (http://www.africaeaficanidades.com/documentos/01112010_16.pdf)

PINEAU, G. **A auto formação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação**. In: NÓVOA, antónio; FINGER, Mathias. (Org.). O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: MS/DRHS/cFaP, 1988, p. 63-77

PINEAU, T. de. **Experiências de aprendizagem e histórias de vida**. in: CARRÉ, Philippe; CASPAR, Pierre. (Org.). Tratado das ciências e das técnicas da formação. Tradução Pedro Seixas. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

PEREIRA, E, de A. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007.

PORTELLI, A. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

QUEIRÓS, M, I, P, de. **Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”**. in: SIMSON, Olga de Moraes Von. (Org.). Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1988, p. 14- 43.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. **Os Brasileiros: Teoria do Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1978.

RICOEUR, P. (1994). **Tempo e Narrativa**. Tradução: Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, Tomo I.

RICHARDSON, R. J., e Colaboradores. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, M, do R, de F, B. **Socializando para ser negro: os embates da família, da escola e do adolescente**. Teresina, Fundação Cultural do Piauí: FUNDAC, 2007.

ROMÃO, J. Por uma educação que promova a Auto-Estima da Criança Negra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estados dos Direitos Humanos, 2001.

ROWER, J, E. ...Era uma vez: Quem diz como essa história começa?. Dissertação de Mestrado. UFSM. Santa Maria - RS, 2006. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=684. Acessado em: 10/02/2016, às 10:06hs.

SAMPED. A Diversidade étnica no Brasil. 2011. Site: <https://samped.wordpress.com/2011/07/06/a-diversidade-etnica-no-brasil/>. Acessado em: 12/02/2016, as 15:30hs.

SOUZA, M, de M. e. **Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África**. Revista História Hoje, v.1, 2012. Disponível em <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/3>>. Acesso em 16 Out. 2015.

SCHÜTZ, Alfred. **Pesquisa biográfica e entrevista narrativa**. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 210-222.

TIBA I. (2001). **Quem ama, educa**. Revista Veja, Editora Gente, S. Paulo, Brasil.

TAYLOR, S, J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1987.

TRIVINÕS, A. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades Sobre os usos desta noção em estudos históricos sobre o século XVIII inglês**, São Paulo, Cia das Letras, 1998.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

7. APÊNDICE A – NARRATIVAS TRANSCRITAS

7.1 PARTICIPANTE A

O início da minha vida escolar foi em uma escola pública municipal, na cidade de Cachoeira do Sul, com cinco anos de idade. Minha mãe é professora, e desde este início levava eu e mais meus dois irmãos para onde ela lecionava, pois ficava mais fácil de acompanhar nossa vida escolar.

Referente aos preconceitos nos sempre fomos muito bem instruídos e incentivados pela nossa mãe, pois ela mesma, foi uma das incentivadoras e fundadoras da Semana da Consciência Negra das escolas municipais no nosso município. Onde são realizados diversos trabalhos nesta semana como, trabalho, oficinas sobre a cultura afro, palestras, e a principal que é a festa que ocorre no sábado, que é onde as escolas se reúnem para a escolha da mais bela Negra e mais belo Negro das escolas municipais. Quem participa também deve saber sobre a cultura afro, pois passa por uma prova escrita e artística. Nesta quizomba há também a escolha do cabelo afro e prato afro e diversas apresentações artísticas.

Já tive o prazer de participar deste concurso e de grupos de dança afro também, e isso foi muito importante na minha vida, pois aprendi a identificar de onde viemos, e me orgulho muito de fazer parte desta história, apesar de ainda ser muito recente.

Enquanto estive no ensino fundamental em uma escola municipal nunca tive o preconceito, pois ele era muito trabalhado com todos os alunos e havia a aceitação da maioria. Mas quando passei para o ensino médio, onde cursei o magistério, havia evidentemente o preconceito, principalmente referente ao cabelo, e que para ser considerada bonita deveria ser branca de olhos claros e cabelos compridos para participar dos concursos de beleza. Mas eu nunca deixei me abater, pois minha mãe sempre nos incentivava a andarmos e sentimos lindas do jeito que éramos. Principalmente no ensino médio, pessoas negras eram minoria e tinham sempre poucos amigos a sua volta.

Hoje, já formada e concursada, lecionei até o fim do ano passado na minha cidade natal, então consegui perceber o quanto o preconceito ainda existe na escola, principalmente quando a supervisora da escola exigia que se trabalhasse a cultura afro, muitas colegas vinham me procurar para saber sugestões de atividades ou o que deveriam fazer, por que não sabiam, eu ficava tão frustrada com isso, pois o conhecimento está ao alcance de qualquer um. Assim como eu sei qualquer outro pode saber, não or que sou negra devo saber e o restante não.

Não somente na escola, em restaurantes, boates se são muito requisitados e chiques, somos olhados de maneira diferente. Na minha cidade natal se uma pessoa troca de carro ou frequenta algum lugar requisitado as pessoas chegam a se cutucar, dão risadinhas, ou vêm te perguntar como você adquiriu isso. Relacionamentos, nem pensar um homem branco com uma mulher negra, é muito difícil encontrar.

Para finalizar só queria dizer que nada disso me abala, pois sou linda do jeito que sou e se tivesse que vir em outras vidas gostaria de vir exatamente assim....NEGRA.

7.2 PARTICIPANTE B

Sou M..., 21 anos e negra. Aceitei participar desta pesquisa, pois gostaria de tornar pública a minha historia de vida, contar um dos relatos vividos por mim. Cursei todos os anos desde o prézinho até o terceiro ano do ensino médio, na mesma escola pública.

Minha trajetória na escola foi bem tranqüila, assim posso dizer que fui uma boa aluna e meu convívio com os professores era ótimo, tinha amizades, sempre tratei com muita educação a todos, desde a tia da merenda até o diretor da escola. Mas infelizmente tenho algumas histórias tristes, alguns relatos da minha infância/pré adolescência que foram muito importantes para hoje eu me aceitar e amar do jeitinho que sou.

Na escola, sofria bullying por ter cabelo Black Power, e sempre andar com cabelo amarrado, de coque. Esses bullings, partiam de um colega de classe, na época ele com 15 anos e eu com 13 anos de idade, cursávamos a 7º série do ensino fundamental, naquele tempo eu sofria muito, não entendia o por que dele fazer chacota comigo, ficar de zoação, zombando, por simplesmente meu cabelo não ser liso, escorrido ou pelo Black Power estar na cabeça de uma pessoa negra.

Naquele tempo foi tudo muito complicado pra mim e então comecei a me excluir, por vergonha, e isso acabou afetando diretamente nos meus estudos, comecei a ser uma criança triste e retraída na vida. Mas isso foi passando com o tempo e percebi que eu não dando bola para as palhaçadas, piadinhas de mau gosto dele, ele iria parar e foi o que aconteceu, infelizmente levou um tempo, onde sofri sozinha, calada.

Até que chegou o dia em que contei toda a situação vivida até o momento para uma professora muito querida, e ela mais que depressa me ajudou, e felizmente, mesmo com tantas tristezas e mágoas voltei aos poucos a ser mesma criança de um tempo atrás, antes do inicio do bullying.

Hoje olho pra trás, lembrando como era na escola e agradeço muito a todos e todas pessoas que passaram pela minha vida escolar, principalmente á esse menino, hoje um homem, pois ele sabia que o que estava fazendo comigo era errado, mas não tinha dimensão das conseqüências, e penso que numa pessoa assim, ele sendo criança/adolescente na época, fazia por que não tinha ninguém que o instrísse a fazer o bem, a ser um menino bom que pudesse ajudar ao próximo ao invés de recriminar e apontar as diferenças de cada um.

Percebo ainda, que hoje há sim um preconceito/discriminação muito grande em todas as classes, raças/etnias, mas principalmente com negros, a tristeza toma conta de mim, pois somos seres humanos, com defeitos, qualidades, capacidade como o branco, o pardo, o cinza, o amarelo e o vermelho. Todos somos dignos de respeito. Deixo aqui meu muito obrigada por compartilhar um pouco da minha história sobre a escolarização.

7.3 PARTICIPANTE C

Lembro como se fosse hoje á fase ruim que passei na escola de quando era “bonito” fazer piadas racistas, lembro do quanto me deixava constrangida ouvir tanta coisa ruim sobre a cor da minha pele.

Lembro de uma tarde que fui à casa de uma amiga depois da saída educação física, fomos tomar café na casa dela e foi alguns amigos nossos, e um menino começou a fazer piada de mim, quanto a minha cor, quanto ao meu cabelo, e tava todo mundo rindo daquilo e eu fui digerindo porque eu não sabia o que fazer, eu tava doendo demais tudo aquilo, e eu não sabia pra onde fugir, foi então que eu sai correndo da casa da minha amiga e fui para minha casa. Cheguei em casa chorando e perguntando pra minha mãe o porque das pessoas acharem graça na minha cor, o que eu tinha de tão diferente delas.

O racismo sempre foi presente nas escolas e de forma muito cedo e continua, o racismo começa desde a cor do lápis até a criança mais bonita não ser uma negra, o racismo começa desde ás bonecas só serem brancas, o racismo começa quando um professor tem um ego tão fadado que não fala de história de negros em uma sala de aula.

O racismo não é “vitimismo” de pessoa negra, o racismo é o que negros sofrem diariamente, desde os direitos não serem iguais, desde um branco ter a vaga mais garantida do que a minha. O negro na sociedade continua sendo visto como a mão de obra barata, o negro continua estando em papéis inferiores aos dos brancos, por isso as pessoas tem que saber o

motivo de cotas raciais, enquanto as universidades continuarem sendo privilégio de brancos, haverá negros, pobres e periféricos desprivilegiados.

O racismo é sim frequente em escolas, e os professores não sabem lidar com isso, eles se sentem desconfortáveis em falar sobre, logo eles tornam os seus alunos negros com receio de falar da sua própria cor. As formas que o racismo já aconteceu na minha vida me fez tentar ser uma pessoa imponderada, hoje eu sei que eu jamais vou me sentir menos por conta da minha cor, quem tem a história de quem lutou por liberdade foram meus ancestrais, eu sou apenas continuação dessa história, negros tem sim que ter muitos direitos porque só assim as pessoas vão entender que se somos todos iguais queremos os mesmos direitos.